



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0746/11	DATA: 08/06/2011
INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 19h04min	DURAÇÃO: 03h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h51min	PÁGINAS: 84	QUARTOS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CID FERREIRA GOMES – Governador do Estado do Ceará.
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO – Secretária de Educação do Estado do Ceará.
CLÁUDIO RICARDO GOMES LIMA – Reitor e Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais – CONIF.
MAURO FILHO – Secretário de Fazenda do Estado do Ceará.

SUMÁRIO: Debate sobre o Programa de Alfabetização na Idade Certa e o Programa Escolas Integradas de Ensino Médio e Profissional.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.
Há palavras ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da 11ª reunião, realizada em 1º de junho.

Pergunto se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - A pedido do Deputado Artur Bruno, fica dispensa a leitura da ata.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam com o inteiro teor da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Sobre a mesa algumas comunicações.

Recebimento do ofício do gabinete da Deputada Nice Lobão comunicando o seu afastamento no período de 17 de maio a 17 de junho.

Ofício do Deputado Newton Lima justificando a sua ausência nas reuniões ocorridas nos dias 24 e 25 de maio.

Ofício do Deputado Hugo Leal justificando a sua ausência no período de 27 maio a 5 de junho, pois se encontra em missão oficial.

A pauta de hoje prevê audiência pública destinada a debater sobre o Programa de Alfabetização na Idade Certa e o Programa Escolas Integradas de Ensino Médio e Profissional, com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, e, por sugestão de S.Exa., a Exma. Sra. Secretária de Educação do Estado do Ceará, Maria Izolda Cella de Arruda Coelho, os quais convido para tomarem assento na Mesa.

Já se encontra na Mesa o Exmo. Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni.

Sr. Governador, como é de praxe nesta Casa, vou dar a V.Exa. tratamento de Ministro. Portanto, V.Exa. disporá de 40 minutos para a sua manifestação. Com



relação aos debates — já estamos todos acostumados com as normas —, há uma lista para as inscrições.

Gostaria — e o faço em nome dos demais Deputados da Comissão, especificamente do Relator, Deputado Angelo Vanhoni, e dos Deputados do Estado do Ceará que compõem esta Comissão Especial — de agradecer ao Governador, de uma forma muito sincera, por ter atendido ao nosso convite de estar hoje aqui conosco. Num dia em que Brasília está extremamente agitada, S.Exa. se dispôs a permanecer conosco para debater o Plano Nacional de Educação.

Creia, Sr. Governador, que a presença de V.Exa. tem uma simbologia muito grande. Ao longo do tempo, temos discutido muito sobre a educação. Muitos Deputados — alguns aqui estão no primeiro mandato — têm discutido temas importante para a educação brasileira, como piso, FUNDEB etc., mas alguma coisa faltava na nossa discussão: a presença do Poder Executivo Estadual e Municipal, principalmente do Estadual.

Presidente desta Comissão por duas vezes, sempre tive o cuidado de convidar os Governadores para comparecerem às audiências em que íamos discutir planos. Foram poucos os Governadores que atenderam ao nosso pedido, mas eram muitos os que, depois que o Congresso Nacional encerrava seus trabalhos, se surpreendiam com o que tinha sido aprovado pela Casa. E, aí, o caminho era ou de execução lenta do que tinha sido aprovado ou o caminho da Justiça, ou de muitos conflitos nos Estados etc.

Nesta Comissão, nós nos determinamos que os Governadores são parte essencial para o sucesso do Plano. Para que esse Plano tenha sucesso, é preciso que aquele que vai pagar a conta se sente à mesa e discuta previamente o que nele está contido ou o que poderá estar no parecer do Relator que será submetido à votação deste Plenário.

Portanto, é para nós motivo de muita alegria que V.Exa. tenha sido o primeiro Governador — estou nesta Casa desde 1995 — que vem a uma reunião de audiência pública para discutir assunto tão importante para a educação brasileira.

Em segundo lugar, quero lembrar que nós fizemos, na Assembléia Legislativa do Ceará, uma das melhores audiências já realizadas, com a presença da bancada do Ceará, de lideranças de movimentos sociais e de movimentos sindicais. Ouvimos



todo um lado. Aí V.Exa. teve a fidalguia, teve gentileza de convidar os membros da Comissão para um almoço. E, então, aqueles que não conheciam o trabalho que o Ceará desenvolve na área de educação ficaram convictos de que precisamos buscar a conciliação entre o que se faz e o que se reivindica. Sem esse casamento, é muito complicado e muito difícil caminharmos para um porto seguro no tocante à questão educacional brasileira.

Eu já conhecia a experiência do Ceará. Em 2003, na condição de Presidente da Comissão de Educação, fui a Sobral ver o projeto de alfabetização de crianças. Portanto, para mim, não foi muita surpresa ver que é possível o Governo de um Estado ter metas claras — poucas metas —, bem precisas, mobilizar a sociedade, valorizar o mérito, aplicar recursos de forma conveniente e, tenho certeza, obter os resultados que eu sei que o Ceará vai alcançar na próxima Prova Brasil, indicadores que V.Exa. já deve ter, com a sua avaliação, prontos.

Portanto, Governador, sintase muito bem nesta Casa. Espero ter refletido o sentimento de agradecimento de todos por esse profícuo debate que tenho certeza que vamos travar nesta Casa.

Concedo a palavra ao Sr. Governador pelo tempo de 40 minutos.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Meu caro Presidente, Deputado Gastão Vieira — a quem quero agradecer o convite —, pode ter certeza que para a equipe que compõe a Secretaria de Educação do Estado é um grande privilégio poder participar dos debates que formularão o novo Plano Nacional de Educação. Obrigado pelas palavras generosas. Não sei se faço jus a elas, mas pode ter certeza de que no Ceará há um grande esforço, e a educação é considerada uma área prioritária para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

Gostaria de cumprimentar a todos os componentes desta Comissão Especial na pessoa do Deputado Angelo Vanhoni, Relator desta Comissão e de agradecer o prestígio da presença da bancada de cearense de Deputados Federais. A todos, permitam-me saudá-los na pessoa do decano da bancada cearense, o Deputado Mauro Benevides.

Preparamos uma apresentação que a Secretária Izolda Cela deverá monitorar.



Antes, quero fazer algumas considerações iniciais para testemunhar o esforço, a atenção e o grau de prioridade que a gestão que tenho o privilégio de liderar no Estado do Ceará tem para com a causa da educação. Isso vem, como não poderia ser diferente, de um compromisso pessoal: eu sou filho de pai e mãe professores, filho de classe média.

Naturalmente, ser Governador do meu Estado é um grande privilégio. Certamente, eu atribuo à educação que pude ter o pré-requisito para que pudesse conquistar essa grande honra de governar o meu Estado.

Esse é o caminho. Não há atalhos, não há nenhuma outra forma de se assegurar desenvolvimento sustentável a um Município, a um Estado ou a um País que não seja através da educação.

Foi com essa compreensão que, em 1997, assumi a Prefeitura da minha cidade — e ser Prefeito da minha cidade era o meu sonho de criança. Procurei considerar a educação prioridade absoluta. Toda agenda clássica da educação, do A ao Z, foi implantada durante quatro anos de administração à frente do Município de Sobral.

Do A ao Z, qualquer um dos pontos clássicos da educação foi atendido. Valorização do professor — foi triplicado o seu salário; concurso público como forma de ingresso — todos os professores do Município passaram ingressar por mérito no serviço público, a partir de 3 concursos realizados em 4 anos, e não pode ser diferente; todos os professores têm nível superior. Agenda de investimentos em estrutura física: posso dizer que o padrão médio dos prédios e edificações da educação é superior ao da escola privada. As escolas públicas municipais de Sobral têm um padrão de engenharia superior à média das escolas particulares. Há equipamentos, computadores;. Enfim, toda a agenda clássica foi cumprida.

Tive muitas assessorias e colaborações. Em muitos casos, há boa vontade por parte de gestores municipais, mas, infelizmente, não se sabe qual o caminho ou o norte a ser seguido. Conte com grandes colaborações. O Instituto Ayrton Senna nos ajudou bastante. A assessoria de um dos grandes educadores brasileiros, o Dr. João Batista Oliveira, foi contratada pelo Município. Também temos no Ceará uma figura que posso considerar referência nacional, sem querer considerar o Estado como o centro do universo, o Prof. Edgar Linhares. Ele tem grande compreensão



dos temas e, ao mesmo tempo em que pensa e elabora, tem também experiência prática, porque ele faz questão de exercitar.

No final de 4 anos, cumprida toda a agenda, do A ao Z, resolvemos fazer uma avaliação externa dos alunos da rede municipal. Pasmem: 52% dos alunos com 1, 2, 3 anos de matrícula não tinham aprendido a ler e a escrever, não tinham se alfabetizado. Repito: cumprida toda a agenda e considerada a educação como prioridade número um da administração.

Isso nos impôs uma reflexão, a partir da qual implantamos, na segunda administração, um programa que chamamos na época de Escola Nota 10. Esse programa considerava meta zero o processo de alfabetização dos alunos, que é a ferramenta básica da educação, objetivo que não tinha sido alcançado, mesmo com toda a atenção que se deu à educação. Dizem que políticos, administradores, executivos públicos não gostam de investir em saneamento e em educação. Em saneamento porque a obra fica enterrada — portanto, não dá para fazer inauguração; e em educação porque os resultados demoram muito para acontecer.

Quero dar um testemunho inverso. No que concerne à saneamento, realmente a obra fica enterrada, sendo o benefício dela na saúde pública. Mas, quanto à educação, é possível, sim, se conseguir resultados a curto prazo. E foi isso o que conseguimos em Sobral, nos 4 anos seguintes. Passamos desse percentual, feito por amostragem, de 52% de não alfabetização para 98% de alfabetização em quatro anos — em dois anos, a rigor.

A avaliação foi dos 2 anos, porque já tínhamos adotado o ensino fundamental de nove anos, incorporando uma série a mais, prática que depois se universalizou no Brasil.

Então, foi essa experiência que introduzimos no âmbito de Governo de Estado.

Logo, no início, convidamos todos os Municípios. Para nossa agradável surpresa, os 184 Municípios do Estado do Ceará — 100% — aderiram a esse programa. Através desse programa, o Estado banca um gerente em cada um dos Municípios só para cuidar da alfabetização. O Estado disponibiliza, diretamente ou através de parcerias, todo o material didático — esse material foi especialmente desenvolvido para focar a questão da alfabetização. Fazemos o acompanhamento



sistemático dos professores, estabelecendo metas, conteúdos. Fazemos uma avaliação anual dos alunos individualmente, não é por amostragem. Todo o universo de alunos matriculados no 2º ano é avaliado individualmente. Nós temos nome, sobrenome, a situação real do aprendizado de cada aluno. Esse é o fator que fez a grande diferença. Naturalmente, fizemos uma série de outras ações. Esse plano foi aprovado em lei.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - Bom, uma das preocupações que tivemos foi a seguinte: não dar margem para que isso virasse uma discussão, porque muitas vezes a educação se perde nessas discussões e acaba virando discussão de sexo de anjo. O “a” é o “a” em qualquer método. O “b” é o “b” em qualquer método.

((Intervenção fora do microfone. Ininteligível.))

O SR. CID FERREIRA GOMES - Nós fizemos seleções públicas de material, e a Secretaria atestou, salvo engano, três materiais — obviamente está implícito o método. Os três estão credenciados, e o Município escolhe o seu. O Estado não diz qual é o que ele vai fazer, não. É dado ao Município optar pelos três credenciados pela Secretaria de Educação do Estado.

A Secretaria abriu uma seleção pública. Foram apresentados os materiais. Desses materiais, três foram selecionados e aprovados. E o Município escolhe, mesmo sendo o Estado que banca o material. Conseguimos posteriormente um convênio com o MEC, que tem ajudado nisso. Mas é o Município quem escolhe um dos três métodos.

E nós instituímos um plano que foi aprovado pela Assembleia. Esse plano incluí uma premiação. Reservamos anualmente algo em torno de 30 milhões de reais para premiar as 150 escolas de melhores resultados, condicionado a que elas apadrinhem uma das 150 piores escolas do Estado. Então, parte do prêmio é entregue imediatamente, e a outra parte é entregue a partir de duas exigências: que ela continue bem e que consiga melhorar o desempenho de uma outra escola. As 150 recebem também um recurso *per capita* por aluno, para fazer investimentos e melhorias nas escolas.

Mudamos a legislação do ICMS. Os Srs. e as Sras. Deputadas sabem que, do ICMS arrecadado pelo Estado, 25% retorna aos Municípios — isso a partir de



critérios —, e 75% é definido por legislação federal e é proporcional ao valor adicionado, ou seja, onde a atividade econômica se pratica. Delega-se 25% aos Estados, para que eles definam critérios. E nós definimos, desses 25%, em termos absolutos, que 18% são vinculados a resultados da educação do 2º ano e do 5º ano — não é isso? Mas o que tem peso maior é esse de 2º ano do ensino fundamental, que é exatamente a avaliação do processo de alfabetização.

Então, a partir dessas avaliações, nós classificamos os Municípios. Há lá uma escala de proficiência dos alunos que começa do zero, vamos dizer assim, e vai até o desejável. É impressionante como já, em 4 anos, nós também conseguimos em todos os Municípios do Estado do Ceará um extraordinário avanço.

Acho que eu não disse aqui que Sobral é a única cidade, o único Município, dos 1.800 do Nordeste, que está entre os 100 melhores do Brasil. É o 55º Município melhor avaliado do Brasil, segundo dados do IDEP. E o Ceará, nesse ano de 2009 (os resultados saíram em 2010), pela primeira vez na história, é o melhor do Nordeste em todas as séries: 5º ano, 9º ano e 3º ano do ensino médio.

Nós viemos aqui para falar de... A Izolda vai detalhar aí dois programas. Um é este: o Estado apoiando aquilo que é uma atribuição, uma responsabilidade dos Municípios, que são as séries iniciais do ensino fundamental. Acho que contribui para esses avanços no Ceará o fato de haver lá um estágio mais avançado em matéria de repartição de matrículas. Talvez não haja nenhum Estado brasileiro em que o ensino fundamental esteja tão concentrado nos Municípios, o ensino médio no Estado. A nossa luta tem sido para que a União assuma, tanto mais possível, as matrículas de ensino superior.

Então, isso tem permitido ao Estado focar as suas definições de políticas na área da educação, em apoiar os Municípios no processo de alfabetização e no ensino infantil, que é outra preocupação nossa. Nós estamos fazendo agora um financiamento com o BNDES para integralmente repassar esses recursos aos Municípios, para que eles possam abrir mais vagas de ensino infantil, principalmente com relação a creches, onde ainda há uma grande lacuna, uma grande falta de oferta no Estado do Ceará.

Nós temos concentrado nosso esforço diretamente no ensino médio, em duas linhas, sendo uma de interiorizar a oferta de ensino médio. Estamos fazendo acho



que 40 escolas; e mais 40 serão construídas em distritos. Não é mais nem em sede de Município. Nós já estamos levando para os maiores Distritos a oferta de ensino médio, além de, é claro, melhorar a oferta do ensino médio regular em muitos Municípios do Estado, onde havia carências. Concentramo-nos na abertura de novas matrículas no ensino médio, porque sabemos que, mesmo em Municípios em áreas, em regiões em que há a oferta de ensino médio, há um grande índice de evasão, há um grande índice de desistência pela falta de atratividade do ensino médio. Então, nós estamos procurando melhorar esse ponto com a implantação de um programa, já mencionado pelo Presidente, de escolas de educação profissional em tempo integral associadas a ensino profissionalizante. Então, são escolas que funcionam nos dois turnos. Os alunos ficam lá nos dois turnos, fazem três refeições. Em um turno, eles fazem o ensino médio regular; e, no outro turno, eles fazem um curso técnico de educação profissional.

Nós começamos com 4 cursos oferecidos e já temos 37. O que existia de ensino profissionalizante no Estado eram aquelas antigas escolas normais. Na rede estadual não existia nenhuma outra matrícula além dessas escolas normais. Já temos hoje 72 escolas de educação profissional. A meta é chegar a algo em torno de 140 até o final deste mandato, o que vai disponibilizar oportunidades para cerca de 60 mil jovens no Estado do Ceará.

Em rápidas palavras, eram essas as considerações.

Passo a palavra a Izolda. Nós temos uma apresentação para ser feita dentro do meu tempo. Eu usei quanto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Não. O senhor tem o seu tempo, e ela tem o dela.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Então, tudo bem. Mas é para ser breve mesmo. A Izolda vai fazer a apresentação da forma mais breve possível para que possamos nos colocar à disposição para os questionamentos.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Boa tarde, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, em nome de V.Exa. saúdo os Deputados presentes. Agradeço o convite para estarmos aqui.



O Governador já introduziu muito bem o assunto. Ele fala bem, porque acompanha bem e faz comandos fundamentais na política da educação. Eu vou só chamar a atenção para alguns pontos, sem me deter demoradamente nas lâminas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Chamo a atenção para que o Programa Alfabetização na Idade Certa é o carro-chefe desse compromisso de cooperação com os Municípios. Consideramo-lo carro-chefe por ser muito especialmente focado nas aprendizagens, na elevação dos resultados dos alunos e na melhoria das escolas. Esse é o primeiro ponto da agenda estratégica.

O Governador nos diz sempre para não enchermos muito os dedos de metas, porque, senão, corremos o risco de alcançar nenhuma. É preciso ser enxuto, definir bem e demarcar bem o que tem *status* de prioridade neste determinado momento histórico em que somos responsáveis pela política e gestão do Estado.

Realmente, são poucas metas finalísticas que dizem respeito a essas questões já bem colocadas pelo Governador. Há duas outras metas, consideradas de meio, que dizem respeito ao esforço de valorização dos professores, no sentido de que possamos avançar cada vez mais na garantia dos direitos e deveres dos docentes e de todo o pessoal de magistério, e também na questão dos modelos de gestão, da forma de ressuscitar algumas práticas que estavam muito abandonadas, que dizem respeito principalmente ao acompanhamento das escolas, ao controle e monitoramento.

Ao tempo em que se trabalha com a perspectiva de autonomia e de fortalecimento do espaço de liderança que se estabelece na escola, também, correspondente a isso, é preciso haver controle e monitoramento para que possamos ter possibilidade de oferecer um bom serviço público.

O objetivo do Programa Alfabetização na Idade Certa é alfabetizar todas as crianças de 6 e 7 anos. Nós avaliamos e definimos um foco especial de ação em crianças de 7 anos, mas o programa também envolve as de 6 anos. Aos 6 anos, já é possível acontecer ganhos importantes no processo de alfabetização. Ao final dos 6 anos, ao final do primeiro ano, a criança já é capaz de ler e dominar o código, claro que dentro da sua capacidade e de seu universo vocabular; mas já é algo plenamente possível, não é extravagância alguma. Aos 7 anos, a criança já tem uma



leitura mais consolidada, com ritmo, velocidade e compreensão, para que ela possa avançar para as séries seguintes.

Considero que a não aprendizagem não acontece simplesmente porque não haja um método bom, ou porque as crianças sejam menos capacitadas, ou por isso ou por aquilo. Geralmente, a aprendizagem não acontece porque o contexto é muito complicado, com baixo índice de frequência dos alunos, alta taxa de absenteísmo de professores, não cumprimento dos dias letivos. Ainda é importante essa questão relativa ao cumprimento dos dias letivos (dos 200 mínimos), às altas taxas de distorção e abandono, ao tempo pedagógico muito desqualificado. Quando se toma contato com o que acontece dentro das salas de aula, a gente entende melhor por que os meninos não aprendem. Também, escolha de diretores sem critério de mérito. Os diretos ainda são indicados por influências outras, às vezes político-partidárias, que são absolutamente nocivas ao funcionamento. E também a participação insuficiente de famílias e a ausência de responsabilização pelos resultados de maneira generalizada.

Esse é o contexto, que está muito colado com a questão dos baixos índices.

É por isso que o Programa Alfabetização na Idade Certa é robusto do ponto de vista do seu desenvolvimento, das ações, das dinâmicas, organizado em cinco eixos de gestão. Nenhuma escola ou, muito menos, nenhum sistema consegue aceitar o desafio de fazer com que todos aprendam se não houver uma mudança importante do ponto de vista de gestão municipal e, conseqüentemente, de gestão escolar. Então, esse é um foco que nos coloca como interlocutores, secretários, técnicos, além do próprio prefeito. O programa também tem momentos e eventos de mesa, de discussão, que envolvem também os prefeitos.

Avaliação de aprendizagem não só no que diz respeito a avaliação externa, para que possamos monitorar os resultados, mas também no que diz respeito a implementação — hoje posso até dizer que isso está começando a virar uma cultura nos Municípios — do processo de avaliação sistemática.

Os Municípios, ao longo do ano, no final do primeiro semestre, com apoio da Secretaria de Educação, implementam uma avaliação externa à escola. A grande questão é saber quando isso chega às escolas, que começam também a se



movimentar para saber avaliar melhor o processo, a prática pedagógica, os materiais. Não nos comprometemos com correntes ou com métodos.

O que exigimos nessa chamada pública? Que seja um material estrutural, um material que permita ao professor saber o que ele faz desde a primeira hora, do primeiro momento da aula até o último, e do primeiro ao ducentésimo dia de aula, com intervenções sobre o que se faz com os que não estão acompanhando, com intervenções relacionadas à avaliação, com materiais coletivos de salas de aula e toda uma dinâmica. Então, o material precisa ser um bom instrumento na mão do professor. Aliada ao material, tem a formação em serviço. Quando a gente faz a aquisição do material, já tem de ter o *kit*, a proposta da formação mensal em serviço para todos os professores. Isso é fundamental.

Quanto à educação infantil, deve haver ações para se começar a fazer uma indução de qualidade. O Governador citou uma das ações, mas tem também outras que dizem respeito a capacitações e formação de técnicos municipais, literatura infantil e formação do leitor, aqui também com um circuito de ações voltadas para o gostar de ler. Tem o aprender a ler e o gostar de ler. Aí temos parceiros importantes no Estado. Temos o apoio do UNICEF, da Associação das Primeiras Damas do Ceará, da UNDIME, da APRECE, que é a associação dos prefeitos. Então, o programa aglutina parceiros importantes para que eles ajudem no desenvolvimento da educação.

Bem, o Governador já falou de algumas outras questões que são garantidas, como oferta de material, etc.

Para cada sala de primeiro e segundo ano (e também começamos a fazer já para a pré-escola) há os chamados cantinhos de leitura. Aí, o que nós garantimos? Muito simples, não é? O suporte, para os livros ficarem expostos, para que as crianças possam ver; e nós ajudamos na primeira leva dos livros, com uma pequena coleção, etc. e tal. Daí o Município vai incrementando.

Começamos a avaliar nossa linha de base em 2007. São todos avaliados de segundo ano. Tivemos um crescimento de participação muito importante. No início, foram avaliados em torno de 71% das crianças de segundo ano. Em 2010, 99%; quase fechamos 100% de avaliados. Isso é importante, significa que a escola, a



Secretaria de Educação e a Prefeitura estão atrás dos meninos, para garantir que eles estejam presentes.

Aqui vemos a evolução do número de Municípios que tiveram, no ano de 2007, média de proficiência. Temos número de Municípios por intervalo, por *status* de desempenho. Então, foram 14 Municípios, apenas, com média de proficiência considerada desejável; 137 intermediários, alfabetização...; 3 não alfabetizados. Este nível suficiente é, na escala — porque é uma escala alinhada com a escala do SAEB e da Prova Brasil —, quando a criança já começa a dar sinais de que está com o domínio relativo do código da leitura e da escrita. Mas o desejável é o que, claro, perseguimos: a qualificação dele.

Em 2010, tivemos 141 Municípios tendo como média de proficiência essa condição. Apenas um Município, como média, no intermediário. Então, foi realmente um crescimento bem importante.

Agora, isto aqui é o que interessa: é a distribuição das crianças por intervalo. Também tivemos um decréscimo muito significativo daquelas que se situavam nos níveis mais rebaixados, com o aumento do nível desejável e suficiente. Claro que, ainda, na nossa conversa com os Municípios... E brincamos com isso. A história dos três minutos de comemoração e o olhar para o muito ainda que falta... Sempre lembrando a eles que esse é o primeiríssimo passo. Estamos falando ainda de alfabetização, para consertar a história. E, além do que, muitas crianças ainda... Claro, o decréscimo é muito importante, mas o número absoluto de crianças que ainda estão situadas, ao final do ano de 2010, em nível não considerado desejável, é alto. Então, o Município já precisa saber o que vai fazer com elas no ano seguinte, que é a ação de acompanhamento, para não deixar que o atraso permaneça, persevere, porque é isso que ocorre. Se não houver uma ação muito focada, arrasta-se isso até o ensino médio, compondo-se os números dramáticos de ensino médio com relação à aprendizagem, ao abandono, ao desinteresse e à falta de vínculo com a escola.

Vejam. Não estão muito legais as cores, também por conta da história de uns projetores. Mas este é o mapa de 2007. Esses mapas ganharam os Municípios. Todo Município, toda Secretaria têm esses mapas. Os prefeitos dizem que o



Município deles é de tal cor. Secretária, nós avaliamos 100% lá. De Prefeitos... Porque acho muito interessante que eles...

Este aqui é de 2007, esse outro de 2008. Só uma ilustração, de 2009 e 2010. Aí, fazemos toda uma onda com a...

O SR CID FERREIRA GOMES - É aquilo que eu falei. Às vezes você fica desestimulado a investir em uma coisa cujos resultados você não acredita que possam aparecer num período curto. E está aí uma gestão, um governo de 4 anos. A evolução é essa aí. Você sai de um quadro de sequidão, como gente fala lá — vermelho, laranja e amarelo —, para um quadro de inverno. Inverno no Ceará é tudo verde. Verde escuro é o desejável. Mas esse verde claro é suficiente. Há um Município, Umari, que não conseguiu, em 2010, chegar à média. Isso mostra que, havendo esforço, havendo determinação, havendo foco, você consegue, em educação, mesmo naquilo que é o mais complexo, a mais complexa atividade, que é o processo de alfabetização, atingir bons resultados.

Foi só para realçar.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Tem uma coisa que é muito clara. Na medida em que os resultados começam a aparecer com os professores, as escolas, isso é energizante para o sistema, dá uma nova energia mesmo. Eu estava dizendo para eles agora sobre a divulgação dos resultados, parabenizando-os pelo trabalho e pelo esforço e registrando que eles escolheram o caminho menos fácil. Às vezes, o caminho mais fácil é reclamar, é se queixar, é falar das dificuldades. Realmente, nós temos muitas dificuldades. Nós ainda temos muita coisa para dar conta. Mas as queixas não podem assumir o palco principal, senão nós nos esquecemos do que temos que fazer.

Eu vejo claramente que o esforço de se responsabilizar gera muita energia. Posso até dizer assim: gera alegria no espaço. É por isso que eu acho que um dos elementos fundamentais de minha tese para valorização do magistério é a cobrança de resultados. Isso faz bem ao profissional. Nada mais desgastante, nada desqualifica mais do que aquela coisa de tanto faz ou de que sempre é ruim. Aí começam a querer botar a culpa nos outros.

Aqui vemos uma ilustração com relação ao nosso programa, outro que tem *status* de prioridade no Ceará, que é a implantação da Rede de Escolas de



Educação Profissional, que tem como princípios a vinculação da matrícula do ensino médio ao mundo do trabalho, com o fortalecimento da ideia do protagonismo juvenil. É muito forte no programa de gestão dessas escolas a ideia do protagonismo juvenil, do projeto de vida, pelo qual eles são responsáveis também. Eles, os jovens, têm nos professores, na escola, um importante apoio para ajudá-los, cada vez mais, a clarear seu projeto de vida. E ver se eles estão mesmo se direcionando para o que eles dizem que querem é algo importante.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Um apartezinho para realçar, ressaltar isso.

O humor do aluno de uma escola de educação profissional é completamente diferente. Ele tem uma autoestima, uma motivação, um entusiasmo que você não vê nos de outras. Parte do programa é isso, é o bom humor, o bom astral dos alunos e a motivação nesse sentido, a história do protagonismo.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - E o dos professores também.

Sobre o plano de expansão da rede, começamos, em 2008, com 25 escolas implantadas, 20 Municípios atendidos, sempre atendendo, no caso de Fortaleza, com um número equivalente a uma por regional. As cidades são organizadas por regionais. São 6 em Fortaleza (as outras, nas diversas cidades), com uma primeira oferta de 4 cursos técnicos: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança no Trabalho. Iniciamos com esses cursos.

Em 2009 ampliamos: mais 26. Ficamos com uma rede de 51 escolas, ampliando também a oferta de cursos. Neste momento estão em 12.015 as matrículas de alunos.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Estão incorporados os cursos de Edificação, Comércio, Finanças, Produção...

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Produção de moda, Estética, Massoterapia, Meio Ambiente, Aquicultura e Agroindústria.

Em 2010, ficamos com 59. Em 2010, estávamos com uma agenda de construção já bem adiantada. Aquelas primeiras foram implantadas em prédios adequados, ampliados, adaptados. E, ao tempo em que iniciamos o programa, começamos a construir.



Em 2011, já com as novas, tivemos um incremento do número de escolas em funcionamento. Aí já há uma diversidade maior de cursos. E procuramos nos integrar com as áreas do setor de produção, do mundo do trabalho e também com aquelas áreas que estão vinculadas aos projetos estruturantes do Estado, que estão em fase de implantação, em desenvolvimento.

O SR. CID FERREIRA GOMES - A definição do curso passa muito por um processo de discussão no Município. Identificam-se vocações ou carências daquele Município. Os cursos são definidos em função da realidade territorial/regional da escola.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Vejam, aqui é só o que está em construção. A grande maioria delas será entregue ao longo deste ano. São 20 escolas com o apoio do Programa Brasil Profissionalizado, do Ministério da Educação; 31 escolas com recursos do Tesouro Estadual; e 19 escolas que estão em fase de licitação. A licitação está marcada para junho e diz respeito ao programa de expansão da rede.

Aqui vemos uma relação dos cursos.

(Não identificado) - Já com matrículas?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Exatamente, já com as matrículas.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Cem por cento Estado. O FUNDEB tem um diferencial muito pequeno para escola em tempo integral, muito pequeno frente ao custo que representa. O Estado está bancando. O custo *per capita* de uma escola do FUNDEB é de 1.400, se não me engano. Custa 7 mil reais, em média. O *per capita* é 7 mil reais. O que vem do FUNDEB é de 1.400 reais.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - E, com essa pauta de investimentos, depois vai melhorar. Há uma pauta de investimentos forte nesse momento de implantação.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Só que a escola federal não é em tempo integral. Mas essa é de ensino médio e ensino técnico. São as duas coisas.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - A aula começa às 7h15min, e eles ficam até as 17h.



Aqui somente uma ilustração com relação ao IDEB, o comparativo do IDEB do Ceará, nos três níveis, com relação ao Brasil e ao Nordeste. O Brasil é essa coluna...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Quinto ano: Brasil 4.6; Nordeste 3.8. Nós estamos em 4.4, quer dizer, bem superior ao Nordeste. Nono ano: Brasil 4.0; Nordeste 3.4. Nós, 3.9, também bem superior ao Nordeste, encostando no Brasil. Ensino médio encostando no Brasil, bem superior ao Nordeste.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Ensino médio é rede pública. Esses números são da rede pública.

O SR. CID FERREIRA GOMES - São dados da rede pública.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Aqui a agenda principal de investimentos neste momento de implantação, as principais despesas. Nós formamos a primeira turma agora no final de 2010, começo de 2011, daquelas iniciadas nas 25 escolas em 2008. Temos algumas notícias promissoras sobre a inserção de meninos e mesmo o desempenho deles nos resultados do INEM, de alguns vestibulares, mesmo nas públicas lá no Ceará. Temos, também, uma sinalização baseada nos resultados do SPAECE. No Ceará, nós avaliamos todo o ensino médio, o primeiro, o segundo e o terceiro ano. Avaliamos todos os alunos.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Todos os anos, todas as séries.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Para termos condição de ir fazendo a...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - O nosso chama-se SPAECE. O SPAECE é o nosso Sistema...

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Todos os anos, todas as séries do ensino médio.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Todos os anos, segundo ano, quinto ano, porque eles estão no nosso compromisso, inclusive para essa distribuição do ICMS, que nós precisamos. Mesmo quando tem a Prova Brasil,



isso não nos serve, infelizmente, porque os resultados demoram muito. A gente precisa desse resultado muito cedo.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Demoram. Nós temos o compromisso de que em fevereiro os dados já estejam divulgados. Isso vai compor o ICMS dos Municípios, vai servir de base para o orçamento dos Municípios.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - No SPAECE, essas escolas já mostram claramente uma elevação dos resultados em Português e Matemática. Faz ali o *ranking* simplificado dos resultados das escolas. É dominante, claro, mas, mesmo assim, para nós é um alento, porque a gente começa a perceber que tem a possibilidade de eles estarem aproveitando bem o tempo pedagógico ampliado. Só ter mais tempo não é o que resulta em melhorias; tem mais a ver com o que se faz com esse tempo.

Então nós já temos a presença dessas escolas com resultados mais elevados, comparando-as com as outras, chegando umas ao nível 300, passando algumas de 300, e olhem lá, porque isso ainda não é nem o desejável, no caso, para o ensino médio. Mas já é um resultado com relação à média? Acreditamos que sim. Mas há muito esforço ainda, muitos desafios a serem vencidos.

(Não identificado) - Tem que ter recurso estadual e federal, 441?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Tem. Tem federal e estadual. Por exemplo, construção. Desses valores de construção tem recurso do Governo Federal e... Por enquanto, só. Eles estão nos devendo recurso relacionado ao equipamento das escolas. (*Palmas.*)

O SR. CID FERREIRA GOMES - Aí tem mais algumas imagens da escola. O piloto do Programa Brasil Profissionalizado foi desenvolvido a quatro mãos, entre o Ministério da Educação e o Estado do Ceará. Esse é o projeto padrão para o Brasil. Lá do Ceará são as primeiras. Nós desenvolvemos juntos o projeto de engenharia. É esse padrão aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Sr. Governador. Muito obrigado, Sra. Secretária.

Nós temos aqui uma lista de inscritos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pela ordem, Sr. Presidente. É apenas para uma comunicação.



Aproveitando a discussão do financiamento, ontem à tarde realizamos, na sala da Comissão, uma reunião com os consultores da Comissão de Educação e Cultura, com o apoio de outros consultores da Câmara, para discutirmos o tema das fontes de financiamento para o Plano Nacional de Educação.

Estou comunicando a V.Exa., aos demais Deputados e ao Relator, porque essa foi uma deliberação da reunião passada.

Vamos pautar uma audiência que tratará apenas das atuais e das novas prováveis fontes de financiamento para o próximo Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Paulo.

Estão inscritos: Deputado João Ananias, Deputado Padre José Linhares, Deputado Esperidião Amin, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputado Artur Bruno, Deputado Ariosto Holanda, Deputado Izalci, Deputado Renan Filho, Deputado Edson Silva, Deputado André Figueiredo, Deputado Domingos Neto, Profa. Dorinha Seabra, Deputado Lelo Coimbra, Deputado Raul Henry e o Deputado Chico Lopes.

Não estranhem: aqui a maioria é do Rio Grande do Sul.

Quebrando um pouco a nossa maneira usual de trabalhar, eu iniciaria, passando a palavra ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, considerando que o Governador está fazendo o relato de uma experiência.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Para nós é uma alegria, como o foi quando tivemos oportunidade, no Ceará, de tomar conhecimento do que vem sendo feito no sistema educacional do Estado.

Aquela foi a primeira audiência pública que realizamos fora de Brasília. E isso nos entusiasmou a percorrer o Estado brasileiro, além de nos sentirmos entusiasmados a realizar as audiências públicas nos diversos Estados. Já fomos a São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Recife, Paraná. Esta semana teremos audiência pública na Bahia, Minas Gerais, e, na segunda-feira, no Rio Grande do Norte.

Colher a experiência do Ceará, para nós, foi gratificante. E por quê? Porque estamos discutindo neste momento o Plano Nacional Decenal para a educação no Brasil, que pretende organizar a educação no nosso País de uma forma sistêmica,



olhando a educação, desde a educação infantil, dos primeiros momentos da alfabetização das nossas crianças, até a formação de mestres e doutores de nível superior, passando pelo ensino médio, pela educação de jovens e adultos.

Fomos assistir ao Estado do Ceará com uma visão integrada daquilo que estamos discutindo no Plano Nacional de Educação.

O plano é composto por 20 metas. Ele trata desde a educação infantil, da creche, e vai até a formação de doutores, que são a base tecnológica, científica e humana desta Nação.

Percebemos que o Ceará já está concebendo, desenvolvendo, pondo em prática toda uma visão sistêmica, como essa, elaborando, do ponto de vista próprio, o seu próprio sistema de avaliação das metas propostas, da proficiência do ensino, da aprendizagem no sistema educacional do Estado; e tratando tudo com carinho, não com foco. Acho que a noção que está sendo desenvolvida no Ceará é sistêmica no sentido de que todos os momentos do processo educacional devem ter uma atenção e uma prioridade do Estado.

Vejo quanto entusiasmo ao Governador e à Secretária falar de dois aspectos, nesse processo, que são importantes para todos nós no Brasil. De um lado, a educação infantil e a alfabetização, e, de outro lado, a nossa juventude de 14 a 17 anos, que é do ensino médio.

Os relatos da Secretária e do Governador atingem essa idade na formação, onde está o grave problema da educação brasileira. O índice de evasão no ensino médio chega a 50%; em determinados lugares, a 60%. E esse é um momento terrível para o ser humano, porque fica sem sentido o conjunto da sua vida futura; porque para ele não há mais formação profissional, não há mais desenvolvimento intelectual.

Vemos quanto os gestores do Ceará são tomados pelo entusiasmo das ações que estão acontecendo no Estado. Se não me engano — de números não me recordo bem —, hoje já existem cerca de 170 escolas profissionalizantes no Estado do Ceará. Até o final do Governo, parece que o número estará próximo a 180 escolas técnicas de nível médio no Estado do Ceará.



Saibam todos que o Ceará está antecipando as metas que estamos colocando e discutindo para a Nação do ponto de vista do plano decenal para os próximos 10 anos que esperamos para a educação do nosso País.

Por isso nos sentimos entusiasmado em trazer o Governador e sua Secretária, em convidar os Srs. Deputados. Talvez isso estimule os Srs. Deputados dos diversos Estados a propiciar discussão sistêmica, como a que está acontecendo no Ceará. Tenho certeza de que em outros Estados experiências de êxito na área da educação estão acontecendo. A experiência do Ceará chamou a atenção por essa visão global que temos de ter, do ponto de vista do processo educacional.

As responsabilidades: a Constituição define para os Municípios e para os Governos uma repartição de atribuições, mas temos de superar essa repartição de atribuições; e, dentro de um plano estratégico no âmbito da União, Estados e Municípios, temos de fazer um concerto geral, entendendo como vamos superar os desafios colocados à educação do País.

Parabéns ao Governador, e parabéns à equipe que S.Exa. montou! Esse é o caminho. Cada vez mais, devemos aprovar a sinergia entre União, Estados e Municípios, para que possamos dar um passo à frente.

Tenho certeza de que os índices do IDEB serão superados pelo Ceará.

Qual a previsão de vocês para superarem os índices do IDEB?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Isso vocês já superaram. Mas, com relação àquilo que está colocado para 2020, os índices serão superados, com muita folga em comparação a outros Estados.

Então, Sr. Presidente, V.Exa. teve a mesma impressão lá no Ceará. V.Exa. já foi Secretário da Educação em um Estado do Nordeste e sabe das dificuldades do nosso País; trabalha na Comissão de Educação há muitos anos e conhece como ninguém os problemas e os desafios da educação brasileira. Compartilhei com S.Exa. e com outros Parlamentares como os Srs. Deputados Artur Bruno, José Linhares, Ariosto Holanda, Chico Lopes, que estiveram presentes no evento, o entusiasmo que equipe do Governo do Ceará tem pela educação e os resultados obtidos nesse processo. Por isso, para nós a presença dos senhores e exposição



são de grande valia. Esse é o caminho que queremos perseguir para o resto do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, nobre Relator.

Faremos blocos de 6 Deputados, e o Governador responde. Ele determina a quem responde. Depois, mais 6 Deputados.

As inscrições aqui estão bem tranquilas. Acho que dará para tirarmos bastante informações do Governador e da Secretária.

Quero avisar que, sexta-feira, o Sr. Deputado Eduardo Barbosa promoverá encontro, como ocorreu no Ceará, de alguns Deputados da Comissão com o Governador Anastasia. Posteriormente, se o Governador Anastasia quiser vir à Comissão, para uma audiência pública como esta, esse caminho estará montado. Então, vou pedir até que o Sr. Deputado Angelo comande esta parte, enquanto vou fazer um telefonema.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Ananias; depois. os Srs. Padre Linhares, Esperidião Amin, Raimundo Gomes de Matos e Artur Bruno. O tempo será de acordo com a consciência de cada um.

O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS - Sr. Presidente, Deputado Gastão Vieira, Sr. Deputado Angelo Vanhoni, Relator, nosso querido Governador Cid Ferreira Gomes, querida Secretária Izolda, inicio minha fala, saudando os demais colegas Deputados e já dizendo que a Secretária Izolda — não sei se o Governador mencionou porque fiquei disperso —, é a mesma do projeto de Sobral, a então Secretária de Educação do Município de Sobral, e foi convidada pelo Governador a ser Secretária de Estado.

Como cearense, cioso como sempre fui, fico orgulhoso de ver o Estado evoluindo na área de educação, desenvolvendo-se. O caminho está traçado, serve para o Brasil, conforme bem disse o Deputado Gastão Vieira e o Deputado Vanhoni.

Mas é importante que destaquemos que não se faz tudo isso apenas com métodos e boa gestão. Isso está aqui mostrado. Precisa-se de recursos.

Este é outro ponto que eu faço questão de destacar: a competência que o Governo do Estado tem — posso falar isto porque fui Secretário de Saúde na primeira administração do Governador Cid Gomes, com muita honra — de



arrecadar, de garantir que os cofres públicos possam bancar isso, que não é barato, principalmente o custeio.

Eu não poderia deixar de destacar a presença do Secretário da Fazenda do Estado, Deputado Mauro Benevides Filho, filho do nosso decano, o Deputado Federal Mauro Benevides. S.Exa. é Deputado Estadual e faz grande trabalho na Secretaria da Fazenda do Estado.

O Governador Cid Gomes e a Secretária Izolda contraditaram na prática o que no passado era discurso. Era comum se ver propaganda institucional nas televisões, no nosso Estado, mostrando que a educação ia muito bem, porque 97% das crianças estavam em sala de aula. Isso mostra, com os indicadores iniciais de agora, que não basta que todas as crianças estejam em sala de aula. É preciso considerar o tipo de sala de aula. A qualidade fez a diferença. Isso é fundamental.

Com certeza o Ceará resolverá, em pouco tempo, uma questão muito grave, abordada pelo Relator, o Deputado Vanhoni. Na realidade, se não ampararmos essa juventude, é claro que ela vai delinquir, é claro que ela vai derivar para outros caminhos. Estando encadeadas a questão do ensino fundamental, a do ensino médio e a do ensino profissionalizante, o que está fazendo o Governador, com certeza vamos, futuramente, mexer noutros indicadores: os indicadores da violência e da delinquência juvenil, que nos assustam.

Por fim, Sr. Governador, digo que a bancada do Ceará fará o que puder fazer aqui. Nossa bancada reconhece que essa ação não ocorre só na educação — e estamos na Comissão de Educação —, mas também na saúde e em outras áreas da administração pública. O zelo, o cuidado, os investimentos acompanham esse mesmo padrão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Ouviremos um bloco de seis Deputados, e, depois, o Governador e a Secretária, se quiserem, farão as suas considerações.

Tem a palavra o Deputado José Linhares e, posteriormente, o nobre Deputado Esperidião Amin, de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Presidente Angelo Vanhoni, permita-me dizer algo antes da participação do Deputado José Linhares.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Claro.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Gostaria de sugerir a V.Exa. que convide o Secretário da Fazenda, Sr. Mauro Filho, para fazer parte da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - É nosso convidado de honra.

Secretário da Fazenda, Mauro Benevides Filho, sente-se conosco. Poderemos fazer alguma arguição do ponto de vista financeiro. (*Risos.*)

Com a palavra o Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Saúdo o nosso Relator, o Sr. Deputado Vanhoni. Saúdo o Governador Cid Gomes, que quase não conheço... Eu o conheço desde que ele tinha 6 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Ele foi seu aluno?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Não. Todos eles passaram lá pelo colégio. Eu era diretor e quase não os via. Na época, colégio era colégio.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - V.Exa. assume a culpa?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu assumo a culpa por eles serem o que são hoje.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dar um testemunho. Testemunho é algo interessante. Há cerca de 1 mês, estávamos em Rafael Arruda e Jaibaras. É importante que se frise a inserção da comunidade no colégio. Isso foi o que senti de maneira muito viva e muito existencial no momento em que cheguei a Rafael Arruda e a Jaibaras, para a inauguração de colégio. O povo todo participava e dava opinião. Então, eu fiquei muito contente, como ex-professor, como ex-diretor de colégio, como professor da faculdade.

Eu comparei a situação dos alunos que eu tinha na universidade, no curso de Pedagogia, com a dos atuais. Falando com o Reitor, verifiquei que está a se dar uma evasão dos professores do curso de Pedagogia, enquanto que naquela época tínhamos animação, existia vibração dos professores e dos alunos.

Eu queria dar esse testemunho porque estive lá, ouvi o povo valorizando aquelas escolas que estavam sendo inauguradas. São escolas que fazem inveja a muitas escolas particulares, como dizia o Governador.



O hoje Governador Cid e eu, um dia, entramos numa aventura: fomos candidatos à Prefeitura de Sobral. Eu fui candidato a Prefeito, e ele, a Vice-Prefeito. Nós quisemos mudar as coisas naquele tempo, mas não conseguimos. Logo após a nossa derrota — nem diria derrota, porque ali se iniciou um processo que modificou toda a cidade —, eu fui dar uma aula. Ciro era Governador e tinha feito o Cirão, aquele colégio grande que nós conhecemos, que fica na Coelce. Levei um exemplar da revista *Veja* em que havia sido publicado um artigo sobre drogas. Eu fui falar sobre esse assunto aos meninos. Eu o entreguei a sete meninos, para que lessem o tópico da entrevista. O sétimo foi muito sincero — nas classes sempre existem aqueles meninos mais ousados — e disse: *“Olhe, nós não estamos lendo porque não sabemos ler mesmo”*. E, hoje, entra-se numa escola e vê-se que, já no terceiro ou quarto ano, todos leem fluentemente. Eu vivo muito perto de cidades como Meruoca, por exemplo, onde o pessoal lê entendendo o que está lendo.

Eu gostaria que o Governador Cid ou a Secretária Izolda, qualquer um dos dois, respondesse duas perguntas muito importantes. Primeiro, como se efetua, como se dá a valorização dos professores? Como é que estão trabalhando com essa valorização dos professores?

Os senhores devem se recordar de que, quando eram alunos do colégio, havia um dia no mês em que os professores ficavam e monitoravam aluno por aluno.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA - Esgotou-se o tempo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Não se esgotou o tempo, não. O Deputado Edson Silva está com inveja porque ele não foi aluno. *(Risos.)* Pior ainda: não é de Sobral. Embora ele esteja lá pedindo emprego. O filho dele está empregado por lá. *(Riso.)*

A valorização dos professores é muito importante. Essa história de monitorar aluno por aluno é importante.

Agora, eu queria que fosse explicitado se, além do diretor do colégio, há o monitoramento de um supervisor, que vai, de certo modo, também acompanhar o andamento do diretor e da escola como um todo, para que haja esse modelo de gestão, educação na idade certa. Isto é importante: educar na idade certa, sobretudo alfabetizar na idade certa. Ouvi que há meninos de 6 anos que já estão sendo



alfabetizados. Sou testemunha das escolas profissionalizantes. Dentro de um espaço muito curto de tempo, vamos ter muito resultado.

Eu gostaria de saber sobre estes dois aspectos, ou seja, como incentivam a valorização dos professores e como é feita a avaliação nesse modelo de gestão — seria traduzido em monitoramento de cada escola —, se por um supervisor ou pela própria Secretaria.

Peço desculpas, Deputado Edson, por ter-lhe aborrecido com as minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Angelo Vanhoni) - Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Meu primeiro impulso é sair da ordem jesuítica e entrar na ordem diocesana, do Padre e Deputado José Linhares, tendo-o, se possível, como bispo, para ficar mais fácil.

Eu cumprimento a Comissão pela ideia de trazer um administrador, mais do que isso, o administrador de um Estado que tem uma história muito peculiar na educação, pela trajetória, acho, do próprio Estado, do Governador, do seu irmão. Foram trajetórias ressaltadas pelo Deputado José Linhares, que felizmente não invadiu os segredos de confissão e ficou na parte pública e “publicizada” dessa amizade e dessa cumplicidade, que ocorreu até numa chapa eleitoral. Acho muito importante que se traga, portanto, essa visão do gestor.

Particularmente, acompanho algo da gestão da educação no Ceará desde 1987, quando assumiu a Secretaria de Educação o catarinense Antenor Naspolini, que foi meu professor e colaborador e sempre foi tido por mim e pela sociedade catarinense como idealista e inovador.

Quero destacar três tópicos muito singelos. E sou alguém que já administrou também, é professor há 43 anos. Consegui concluir o meu doutorado no ano passado, em gestão por indicadores.

Primeiro, quais são as contribuições do Ceará, que já adota esse modelo de avaliação como uma emulação para o Governo do Estado e para as Prefeituras, conforme mostra o mapa? Acho que o Governo contribuiria muito se ajudasse a



aprimorar os fatores que integram os índices, ou os indicadores, para formação dos índices.

Segundo, como o Governador frisou que o ensino fundamental está diferenciadamente, em relação à média brasileira, delegado aos Municípios, ou deferido aos Municípios, como é a tendência, e eu não sei qual é a participação hoje de escolas estaduais de ensino fundamental, então eu gostaria de saber qual é o grau de inadimplência dos Municípios relativamente ao cumprimento do piso salarial.

Eu ficaria muito satisfeito se ouvisse que é de zero por cento, até porque sou o Relator do Projeto de Lei nº 3.776 — vai consolidar as regras de atualização do piso salarial — na Comissão de Justiça, que deve ser a última Comissão, porque já passou pelo Senado, em acordo. Se eu pudesse colocar algo no projeto, e não vou fazê-lo para não retardar a sua aprovação, eu colocaria uma cláusula de recriminação ou de penalização a quem não o cumprir, porque já está no terceiro ano de vigência, e ainda ocorrem não cumprimentos. Então, eu gostaria de saber qual é a posição, no Ceará, não só do Governo do Estado, mas também dos Municípios, uma vez que há uma grande responsabilidade dos Municípios na questão do ensino fundamental, conforme ressaltou o Governador.

Finalmente, qual é o critério de provimento dos cargos de direção de escola? Há algum esforço para estimular o aperfeiçoamento na gestão da escola? Mesmo que haja livre nomeação e não eleição, há esse esforço de aperfeiçoar a gestão?

O último tópico. Existe alguma autonomia financeira na gestão das escolas de ensino médio profissionalizante? O curso de técnico em enfermagem é sempre o mais pedido? Por aquela estatística apresentada, foram 8.637 matrículas — quando eu precisar, vou querer ser atendido pelas enfermeiras do Ceará.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Acho que o maior é o de informática.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Como o primeiro que aparece...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Mas não está na ordem de...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Foi o primeiro que eu pude ler daqui, Governador. O senhor não precisa de óculos, mas eu preciso.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Eu já preciso, e muito.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Lá em cima.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Técnico em informática, são seis mil.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não se trata de daltonismo.

(Não identificado) - Está enxergando melhor do que eu, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Esperidião contou a quantidade de preto, aquele ali é um dos maiores.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu acertei a centena, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Acertou.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Seiscentos e trinta e sete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Seiscentos e trinta e sete.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu só erreí o milhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Quero saudar o nobre Governador e parabenizar a sua equipe, a Secretária Izolda, o nosso Maurinho, catedrático da economia do nosso Estado, filho do grande Senador, Presidente Mauro Benevides.

Ressalto o compromisso que o Governador Cid vem tendo com a educação. Para o desenvolvimento do Estado do Ceará, é de suma importância acelerar realmente esse investimento, para darmos vazão à necessidade que se tem de prepará-lo para dar um salto de qualidade socioeconômico.

Quanto ao nosso plano decenal, podemos considerar essas inovações que o Estado vem apresentando, pactuar algo nesta Comissão com referência ao relatório do Deputado Angelo. S.Exa. e o Deputado Gastão são conhecedores do Estado do Ceará. O Deputado Gastão Vieira esteve conosco na Assembleia Legislativa na época do piso nacional. O Deputado Angelo esteve conosco na Assembleia várias vezes, no Estado. Espero que possamos tornar de âmbito nacional, por meio do nosso plano decenal, propostas que o Estado do Ceará vem realizando.

Mesmo assim, precisamos indagar da Deputada Izolda... *(Riso.)* Ela vai chegar lá. *(Riso.)* Precisamos indagar da Secretária Izolda a respeito das estratégias. Há um percentual de evasão e de não alfabetização. É preciso motivação para que haja o retorno dessa clientela — sempre é mais difícil



sensibilizar a família a colocar o menino na escola — e a diminuição desse percentual.

O Deputado Eduardo Barbosa é muito vinculado à área de assistência social e à dos portadores de deficiência. É preciso também ver como é feita essa estratégia no tocante ao percentual de deficiência física e mental. A princípio, a mãe exclui. Às vezes, não há incentivo da família para levar a criança à escola. Existe toda essa necessidade de haver estratégias no Plano Nacional.

Eu acredito que, no relatório final, também é de suma importância colocarmos o não contingenciamento, por parte da União, dos recursos. Eu sou vítima. Nós alocamos recursos no Orçamento por meio de emenda individual na área de educação, na área de ciência e tecnologia. O Deputado Ariosto teve mais de 6 milhões de reais contingenciados pelo Governo Federal na área de ciência e tecnologia. Isso, para os Estados, também é de suma importância. Às vezes, fazemos operação casada. É bom explicitarmos para os Deputados de outros Estados que sempre há essa parceria. Os Parlamentares alocam recursos no Estado, o Governador aloca mais recursos, para atingirmos metas, mas ocorre contingenciamento por parte da União.

No relatório do Deputado Angelo Vanhoni, é de suma importância tentarmos assegurar o não contingenciamento na área educacional, para que essas metas realmente sejam atingidas.

Quanto ao pacto federativo, trata-se de elucidar a missão da União, a missão do Estado e a missão do Município. Observamos a carga que o Estado está tendo. Por exemplo, no caso do Ceará, missões que seriam, pelo Plano Nacional, eminentemente da União não vêm sendo realizadas. Segundo o último Censo — o Deputado Mauro Filho sabe muito bem disto, pois é *expert* em estatística —, são quase 800 mil crianças no Estado do Ceará que estão com 5 anos de idade, aproximadamente. Cerca de 1 milhão de crianças, portanto, vão entrar na fase de alfabetização. Isso é uma grande carga para o Estado, uma grande carga para o Município.

Quero indagar do Governador quais são as dificuldades que existem na parceria com os Prefeitos. Municípios pequenos, como o de Deputado Irapuan Pinheiro, onde fizemos dobradinha com o Deputado Mauro Filho, são sempre



premiados. Eu fico triste quando eu vejo as estatísticas de Fortaleza. Existem muitas crianças fora da escola em Fortaleza. Isso não é da competência do Governador Cid, é da competência da administração municipal. Qual é a estratégia que se pode usar para que realmente haja esse compromisso dos Municípios, dos Prefeitos, quanto à sua missão de atender a essa clientela, essa demanda? Trata-se de, no plano decenal, fazermos propostas. Em relação ao pacto federativo, que fique claro o cofinanciamento, sob pena de sobrecarga aos Estados e Municípios.

Eram essas as nossas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Neste bloco, falarão ainda os Deputados Artur Bruno e Ariosto Holanda. Em seguida, o Governador e a Secretária.

Com a palavra o Deputado Artur Bruno.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero saudar o Governador Cid Gomes e a Secretária Izolda e destacar também a presença do Deputado Mauro Filho.

Vou justificar o meu destaque. O Estado do Ceará, salvo engano, no começo do Governo, em 2007, tinha um investimento de 600 milhões de reais. No ano passado, o investimento do Estado do Ceará foi de cerca de 3 bilhões de reais. O Ceará é um dos Estados pobres da Federação, mas teve o quarto maior índice de investimento do País. Eu tenho impressão de que, em termos relativos, se forem considerados receita e investimento, é o maior do País. Eu creio que boa parte desse sucesso, em termos de educação, tem como causa a boa política que o Estado tem em relação as suas finanças.

Portanto, quero ressaltar, Deputado Mauro Filho, que V.Exa. também faz parte desse sucesso.

Eu teria alguns questionamentos, Governador e Secretária Izolda. Nós estamos no debate do Plano Nacional de Educação, tentando efetivar um sistema articulado de educação, em que Município, Estado e União se complementem, trabalhem juntos para garantir educação de qualidade.

A primeira pergunta, Secretária Izolda, é sobre a questão da alfabetização. A Meta 5 do Plano Nacional de Educação é conseguirmos, em 2020, alfabetizar todas as nossas crianças com 8 anos de idade. O Ceará está alfabetizando as crianças



aos 7 anos de idade. A pergunta: é possível atingir esta meta, 7 anos de idade? A proposta do Governo Federal é esta: 8 anos de idade. Eu queria que a Secretária comentasse isso.

O segundo questionamento, ainda sobre alfabetização. Eu, quando era Deputado Estadual, fui Presidente da Comissão de Educação. Nós criamos na Assembleia Legislativa, colegas Deputados, o Comitê Cearense pela Erradicação do Analfabetismo Escolar. Inclusive, o Presidente do Comitê era o Deputado Ivo Gomes, irmão do Governador. Nós fizemos lá uma série de testes, de avaliações, e, salvo engano, Secretária Izolda, foi constatado que 60% das crianças com 8 anos de idade, faziam, portanto, o segundo ano do ensino fundamental, não sabiam ler e escrever minimamente — com 8 anos. Hoje, vemos este resultado, 70% das crianças aos 7 anos já estão no nível desejável de alfabetização.

Como os senhores formaram os alfabetizadores? Lamentavelmente, as nossas faculdades de Pedagogia, em regra, não formam alfabetizadores, salvo raríssimas exceções. Então, como formar um alfabetizador? Como formar um professor especialista em alfabetização? Qual é o sistema que os senhores estão utilizando? Eu acho que o Brasil todo tem de apoiá-lo, porque essa é a realidade do Brasil inteiro. Com raríssimas exceções, nós ainda vamos encontrar índices alarmantes de analfabetismo entre crianças com 8 anos de idade, como nós encontrávamos no Estado do Ceará.

Constitucionalmente, a responsabilidade do ensino infantil e do ensino fundamental, inclusive pela LDB, é do Município, mas o Estado do Ceará participa efetivamente desse processo a partir do ensino infantil. Eu pergunto: o que o Governador está pensando para além da alfabetização? O aluno se alfabetiza aos 7 anos. E depois? O Estado participa com o Município desse processo de alfabetização? E o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto ano do ensino fundamental, que chamamos de ensino fundamental 1? O Estado pretende continuar participando, da forma como vem fazendo na alfabetização, para que efetivamente esses alunos continuem com esse grau de aprendizagem, no futuro?

Finalmente, a Meta 11 do Plano Nacional de Educação, que é a duplicação do número de matrículas na educação profissional.



Estamos aqui com o nosso Reitor, o Prof. Claudio Ricardo, que é o presidente da associação dos gestores de institutos federais. Prof. Claudio, a meta é duplicar, no Brasil. No Estado do Ceará, nós saímos de zero para 72 escolas de educação integrada, profissional e médio. É claro que nós tínhamos lá também os institutos federais. Hoje, o Ceará tem em torno de 660 escolas estaduais. É isso, Deputada Izolda?

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Não é Deputada? Disseram que era.

Pelo cálculo rápido que fiz, o Ceará teria 10% de suas escolas de ensino integrado — ensino médio e educação profissional. Pergunto ao Governador: qual é a meta do Ceará, em termos de escolas de ensino médio? É chegar a que meta? Hoje são 10%. Há uma meta? Quais são os critérios para que esses Municípios efetivamente tenham essas escolas?

O Deputado Esperidião levantou uma questão que eu considero uma das mais sérias quanto a aprendizagem e qualidade de educação: a gestão escolar. Claro, nós queremos mais investimentos em educação. É consenso entre todos nós: queremos mais investimentos. Mas, se não houver uma boa gestão, nós teremos um prejuízo muito grande. O Governador e a Secretária podem expor isto em detalhes. Como acontece a gestão das escolas? Qual é o processo de escolha de diretores? O Ceará tenta influenciar os Municípios para que adotem o mesmo sistema?

No interior do Ceará, como creio ser na maioria dos Estados, ainda é o velho “QI”, o “quem indica”, no que se refere à escolha do diretor ou da diretora da escola. Muitas vezes, são pessoas despreparadas, que não têm a menor condição de dirigir uma escola. Dirigem apenas porque têm ligação política com algum Vereador, Deputado, Prefeito, etc. O Estado tenta convencer, faz um trabalho de convencimento, de persuasão nos Municípios para que se adote um sistema semelhante ao do Estado? Se faz, como é feito?

A Meta 19 é garantir que até 2020 todas as escolas tenham critério técnico e/ou processo de eleição, processo democrático de escolha de gestores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Antes de passar a palavra ao Deputado Ariosto Holanda, último inscrito deste bloco de seis, quero dirigir uma saudação especial ao meu amigo Deputado Mauro Filho, aqui presente, hoje



Secretário da Fazenda do Ceará. Na década de 90, ele foi Secretário de Planejamento do Ceará, enquanto eu fui do Maranhão, e, juntos, tivemos 4 anos bem produtivos na SUDENE.

Com a palavra o nobre Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, Sr. Relator, na pessoa de quem saúdo todos os companheiros aqui presentes, parablenho o Governador Cid Gomes, a Secretária Izolda, pela exposição feita, pelo trabalho. Cumprimento o nosso Secretário Mauro Filho; o nosso Reitor Claudio Ricardo, que é Presidente do CONIF, o Conselho Nacional dos Institutos Federais. Cumprimento a equipe da Secretária Izolda que está presente, a Cris, o Maurício, e todos os que fazem esse belíssimo trabalho.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Maurício é do quadro de pessoal da Câmara.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Foi Secretário de Sobral também.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, eu sou suspeito para falar da educação no Ceará porque venho acompanhando o trabalho do Governador desde a época em que ele era Prefeito, assim como o trabalho da Izolda. Sou não só suspeito, mas testemunha de tudo o que aqui foi apresentado.

Governador, essa exposição vem enriquecer o trabalho desta Comissão. Inclusive, o Relator Vanhoni já diz que o Ceará avançou alguns anos naquilo que o Plano Nacional de Educação pretende contemplar.

A minha intervenção, Governador, era para falar de ações complementares do seu governo que vêm enriquecer a questão da educação. Por que eu faço questão de trazer isso à tona? Porque defendo essas ações aqui, na Comissão. Que ações são essas? Uma delas é o Centro de Educação a Distância.

O Centro de Educação a Distância tem papel importante — cheguei a apresentá-lo nesta Comissão. É importante destacar que, quando se ligar ao Cinturão Digital, dará oportunidade aos Municípios de oferecerem educação para os professores leigos que ainda existem nessas cidades. Com isso, vai ser suprida a



preocupação, que o Deputado Artur apresentou muito bem, sobre como se está trabalhando a questão do professor.

Qual é o mecanismo que o Governo tem para sensibilizar os gestores do ensino fundamental, já que a gestão não é direta? É uma gestão indireta, por meio do ICMS e tudo. Mas esse trabalho que o Governador está fazendo, implantando o Centro de Educação a Distância, favorece que as universidades possam chegar aos Municípios e atuar, Deputado Vanhoni. Alguns Municípios já têm a UAB, a Universidade Aberta do Brasil, que é um programa do MEC. Com isso, está-se abrindo espaço para que os professores leigos, Presidente Gastão, possam graduar-se, ou fazer um curso de especialização, ou optar pelo mestrado.

Então, essa ação complementar do Governo vem fortalecer a educação no Estado do Ceará. Sempre destaco isso, Governador, porque essa é uma ação complementar da mais alta importância. Agora, qual é o grande desafio que eu acho que V.Exa. tem? É o de sensibilizar os professores para que haja em seus Municípios — eu estava falando com o Presidente da APRECE — uma estrutura básica para que se possa implantar a UAB. O que é? É uma videoconferência, ligando com a educação a distância (em Sobral, há uma estrutura belíssima), com o Cinturão Digital. Assim, de repente, há universidades dando curso no interior, suprimindo as deficiências daquelas professoras que querem fazer seu mestrado, ou sua especialização, ou sua graduação.

Eu queria ouvir o Governador e até saber se há alguma proposta que ele poderia apresentar. Nós estamos trabalhando muito bem na educação infantil, e há o ensino fundamental, o ensino médio e a graduação. Mas existe o povão que está fora, os analfabetos funcionais. É aí que entraria o PROEJA. Porém, vejo o PROEJA com certa relutância, porque esses trabalhadores que estão fora não vão para essa escola. É a impressão que eu tenho. A não ser que haja alguma experiência que deu certo. Tem de ser uma escola diferente. E aqui estou levantando a ideia, Governador, de tentarmos ter aquela escola diferente — o Ceará já tem algumas —, que são os centros tecnológicos. Inclusive, o Reitor Claudio Ricardo está aqui. Já são quantos *campi* lá, Claudio? São seis centros...

O SR. CLAUDIO RICARDO GOMES DE LIMA - São 18 em funcionamento, e a meta é chegar a 30.



O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - É aquela escola diferente, Presidente Gastão, em que sempre penso. O trabalhador chega à escola e tem a oportunidade de ter uma profissão, de se alfabetizar também. A minha dúvida é se esse trabalhador vai para a escola formal. Ele não vai. Alguém aqui, numa outra discussão, disse que houve a época do Madureza. Lembram-se daquele curso, o Madureza? Mas isso desapareceu.

O Governador sempre fala, quando apresenta números, daquele indicador de nível superior em relação ao nível médio. Quer dizer, existe uma inversão.

Então, primeiro eu queria que o Governador pudesse destacar essa importante ação que ele está estabelecendo quanto ao ensino a distância, ao Cinturão Digital interligando os Municípios. Gostaria de saber se há alguma experiência na linha do PROEJA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Governador, a palavra está com V.Exa.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Eu vou tentar ser o mais telegráfico possível.

Quero agradecer as generosas palavras. É natural que os cearenses, quando vêm aqui o seu Governador, queiram ser generosos. Portanto, muito obrigado a todos, particularmente aos do Ceará, pelas boas referências.

João foi meu Secretário de Saúde lá e fez um extraordinário trabalho. Eu sou meio ruim para elogiar as pessoas. Ele fez um elogio à Izolda. Eu não vou fazer elogio à Izolda, não. Eu vou dizer o seguinte: o Ministro da Educação disse que a Izolda é a melhor Secretária de Educação do Brasil. (*Palmas.*) O elogio é dele.

Padre Zé, como eu já disse, foi diretor da nossa escola, a escola que me formou na vida. Ainda ontem fiz referência ao Colégio Sobralense. Foi lá, da experiência do Colégio Sobralense, sob a gestão do Padre Zé, que eu concluí uma coisa que já é um provérbio, pois as pessoas dizem isto com muita frequência: *um primário bem feito é meio caminho na vida*. É a mais absoluta verdade.

Bruno perguntou qual é a próxima preocupação. Eu já tinha dito à Izolda que temos de pensar já na terceira, na quarta série. Fazendo o primário bem feito, ensinando a ler e a escrever e ajudando na basezinha desses 3 anos, fazendo 4



anos bem feitos, a pessoa se vira. Por pior que seja a escola, a pessoa vai conseguir trilhar um caminho melhor.

Bom, Padre Zé, o senhor perguntou sobre supervisão, monitoramento. Esse programa, no que se refere ao PAIC, tem — é parte inerente ao programa — um acompanhamento, uma supervisão permanente. O Estado banca um gerente em cada Município. Vão passar algumas das preocupações que apresentaram: Secretários de Educação que estejam lá não por competência, mas por injunções políticas. Sabemos que se tem sempre que dar um jeitinho para resolver ali uma questão de um partido ou outro. Então, o Estado já coloca um gerente e esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O gerente é escolhido como, Governador?

O SR. CID FERREIRA GOMES - É uma seleção pública...

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Nós fazemos a orientação dizendo o que é importante, mostrando qual é o perfil, e o Município faz a sua seleção, a definição do gerente, que é o gerente do Município.

O SR. CID FERREIRA GOMES - E nós bancamos. O Estado banca o salário desse gerente. E há um acompanhamento e um monitoramento permanente. A cada mês se faz reunião com todos os professores, municipalmente. *“Este mês é isso, isso, isso. Na primeira semana, é isso. Na segunda semana, é isso.”* Fazemos o bê-á-bá com cada um dos professores. Mas o fundamental é a motivação, é se saber que vai haver uma avaliação, e vai ficar exposta: *“O 2º ano B, da Profa. Rita, tem um desempenho assim; o 2º ano A, da Profa. Maria, tem um desempenho assado”*. Aquilo vai ser algo de conhecimento público. E elas, naturalmente, se sentem expostas. Passou a haver, então, um comprometimento.

É impressionante. Por onde eu ando no interior, chega uma professora para dizer: *“Olhe, parabéns pelo PAIC”*. É como se ela dissesse: *“Era um socorro que estávamos precisando aqui; a gente até queria fazer, mas não sabia como”*. Boa vontade há muito, mas falta uma diretriz e um acompanhamento, para que a pessoa possa evoluir. Essas são chaves: avaliação e acompanhamento.

O nosso Governador Esperidião Amin apresentou aqui um conjunto de perguntas. Vou reparti-las com a Izolda.



“Como se divide a rede?” Acho que hoje nós temos, no ensino fundamental, 1 milhão e 200 municipais. É isso?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - No ensino fundamental?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Sim.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - A matrícula do Estado no fundamental está em torno de 20%.

O SR. CID FERREIRA GOMES - É isso aí. E séries terminais. E vamos passando, passando. Isso vem de algum tempo.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Quer dizer que 80%...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Já estão 82% das matrículas com os Municípios, no ensino fundamental.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Até o quinto ano, praticamente 100%.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Ainda há 18% com o Estado. Mas a nossa diretriz é ir passando. À medida que o Município vai querendo, vamos passando para ele.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - É residual, portanto?

O SR. CID FERREIRA GOMES - É, inferior a 20%. É um quinto da matrícula, com tendência de ficar nada. O nosso desejo é que não tenha nenhuma. Temos ainda alguns professores, mas há uma decisão de não contratar mais nenhum professor para ensino fundamental.

Piso salarial nos Municípios. Eu, sinceramente, não sei lhe dar uma posição. Não sei se a Izolda tem algum levantamento de como é o cumprimento, até porque essa questão ainda estava muito nebulosa. Eu, por exemplo, fui um dos Governadores que subscreveu a ação de inconstitucionalidade, não contra o piso. Eu não sou contrário ao piso. Izolda, com a minha delegação, participou, junto aos demais Secretários de Educação, junto ao Ministério da Educação. Há necessidade de se estabelecer um piso remuneratório aos professores.

Eu, com todo o respeito à Câmara, ao Congresso Nacional, acho que extrapolou em suas funções. Para além de fixar um piso remuneratório, o Congresso



Nacional estabeleceu que o piso era o vencimento-base e não o salário, o que é algo complicado, porque cada Estado tem a sua política.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - É o salário. Não é a remuneração.

O SR. CID FERREIRA GOMES - O vencimento básico e não a remuneração, o salário todo. Para mim, salário e remuneração são a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não. Remuneração é o salário...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Salário é o conjunto das rubricas. Remuneração também é o conjunto das rubricas. Salário e remuneração são a mesma coisa. Vencimento-base, no nosso conceito, é apenas uma das rubricas dos professores. É a rubrica 101 nos contracheques do Estado. Certamente, cada Município ou cada Estado se organiza da forma que quiser.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não vamos discutir isso, mas o conceito clássico de salário é que é sem as gratificações, ou...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Eu entendo isso como vencimento básico.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - ...na linguagem pública, mundana, sem penduricalhos. Esse é o salário.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Mas o que o Estado desembolsa é o conjunto, inclusive os penduricalhos. É a remuneração, é o conjunto. Eu defendi a tese de que se estaria estabelecendo um piso para o conjunto das remunerações, até porque cada Estado ou cada Município se organiza da forma que quiser. E fui contestar isso no Supremo. Agora, o Supremo decidiu que devia ser o vencimento básico. Então, nós estamos cuidando lá de adaptar.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Ou seja, o Supremo já disse o que é.

O SR. CID FERREIRA GOMES - O Ceará, já em junho... Tudo bem, eu me rendo. Eu questionei, acho que é uma invasão de... Porque nós somos uma federação. Acho que algumas competências devem ser dos Estados, como outras devem ser dos Municípios, e um não deve invadir a esfera do outro. É o que eu penso.

A outra questão, um terço do tempo, eu também questionei. O Supremo ainda está, ao que me consta, para formar um juízo sobre isso. Atividade extraclasse.



Como isso ainda está muito nebuloso, sinceramente, eu acho que não deve ter nenhum Município no Estado do Ceará que cumpra como vencimento básico, como salário. Não deve ter nenhum. Eu acho. Não tenho certeza. Hoje, o Estado não cumpre, mas vai cumprir neste mês de junho. Vamos fazer o seguinte: simplesmente juntar o que está como penduricalho e transformar em vencimento básico.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - V.Exa. me permite, Governador?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Sinceramente, não sei qual é o ganho.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Mas isso vai achatar a carreira?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Não, não. Eu vou ter que manter os níveis.

Nós estamos exatamente nessa discussão lá.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Estamos exatamente fazendo a revisão...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Nós vamos fazer uma transposição. Vai ser feita uma nova tabela. Por exemplo, quem hoje está na faixa entre 1.500 e 2.500 reais vai para 2.500 reais. Quem ganha 1.500 reais vai ter uma grande elevação.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O senhor vai preservar a carreira?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Nós vamos reestruturar a carreira, de modo a assegurar que a tabela inicial, como regra, incorpore o vencimento.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sem achatar os níveis?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Estamos discutindo isso.

Não deixei aqui de registrar a minha queixa. Eu não sei. Eu não fui convidado. Se tivesse sido convidado, eu teria vindo aqui para discutir essa questão. Acho que é competência do Congresso Nacional estabelecer políticas de remuneração mínima. Tanto é, que existe o salário mínimo. Já começa daí. Se pode fazer para a iniciativa privada, é claro que pode para os outros entes da Federação. Daí a entrar na organização das carreiras e tal, eu acho que há uma invasão de prerrogativas.

Diretores. O Estado, há muitos anos, mérito ao Prof. Naspolini, que não foi desde 1987, acho que foi no segundo mandato do Tasso...

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Foi no primeiro.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Foi no primeiro, 1987.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Foi no primeiro mesmo?



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Foi quando terminou o meu primeiro.

O SR. CID FERREIRA GOMES - O Napolini já foi no primeiro mandato do Tasso? Eu acho que não foi, não.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - O Maurício está dizendo ali: 1995 a 2000.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Ele foi no segundo mandato do Tasso. Foi depois do Ciro. No primeiro mandato do Tasso, foram a Nildes Alencar, o Barros Pinho. O Napolini entrou no segundo mandato do Tasso e fez um belo trabalho. Ele era o coordenador da UNICEF no Ceará, uma pessoa muito respeitada. Fez um belo trabalho. Uma das iniciativas que introduziu foi a do critério de eleição para escolha dos diretores. Nós reformulamos isso, assegurando a eleição, mas introduzindo uma fase prévia em que há uma avaliação no aspecto técnico. Os que são aprovados nessa etapa técnica submetem-se à eleição nas escolas.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Ou seja, há uma pré-qualificação.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Isso. Exatamente. Foi o que nós introduzimos. Mas a eleição foi iniciativa do Napolini enquanto Secretário lá.

Autonomia financeira. Todas as escolas têm recurso para as despesas básicas e tal. Elas demandavam recurso para pequenos consertos. Hoje, têm esse recurso. A merenda escolar já é feita diretamente. Quanto a reformas, até já medimos os recursos, já conveníamos com as escolas. Todas as escolas têm CNPJ e são ordenadoras de despesas.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - São pequenas unidades orçamentárias.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Isso. Pequenos e médios gastos são feitos pela escola.

Vamos lá. Deputado Raimundo Gomes de Matos. A algumas perguntas a Izolda vai responder.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O primeiro tópico foi sobre a avaliação, que critérios os senhores ofereceriam para enriquecer a avaliação das escolas.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Na avaliação, são os alunos.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Os indicadores.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Os indicadores são compostos a partir da avaliação dos alunos. A partir da avaliação dos alunos, temos uma média da escola. Temos a avaliação individual de cada aluno. A totalização disso dá um índice para a escola. É feito exclusivamente na avaliação dos alunos. Nós estamos falando do PAIC. Aliás, estamos falando do PAIC e de todas as outras avaliações. Repito aqui, o Estado tem um sistema de avaliação muito bem estruturado. Nós contamos com a assessoria da Universidade Federal de Juiz de Fora. É isso?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - O CAED, que foi o ganhador da licitação, é da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O SR. CID FERREIRA GOMES - É um órgão vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É um centro de avaliação e políticas públicas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Aí são processos...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Todos os anos são avaliados os alunos do segundo ano para efeito do PAIC. Além disso, avaliamos todos os anos os alunos do quinto ano de toda a rede do Estado. Avaliamos o nono ano de toda rede do Estado e também o primeiro, o segundo e o terceiro do ensino médio.

Quanto ao ensino médio, são os três anos todos os anos. Nós fazemos, complementando e paralelo ao sistema nacional, a avaliação do nono, do quinto e do segundo, todos os anos. Não é ano sim, ano não, como faz o Governo Federal. E esses resultados ficam prontos muito rapidamente, a tempo de impactarem indicadores e definição de premiação. Todos os alunos de ensino médio que conseguem ter média superior a 7 em Português e em Matemática ganham um computador. Todos. Da rede estadual. Isso está melhorando. No primeiro ano, quantos ganharam?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - No primeiro ano, foram mil e poucos.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Mil e poucos; no segundo ano, três mil; no terceiro ano, já foram 4.500. A quem consegue média acima de 7 em Português e em Matemática, a partir dessas avaliações, nós entregamos um computador.



O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - A velha avaliação do Colégio (*ininteligível*).

O SR. CID FERREIRA GOMES - Era 7,5. A média no Colégio (*ininteligível*) era 7,5.

Percentual de evasão. Acho que a Izolda pode dar indicadores. Deputado Raimundo Gomes de Matos, são absolutamente diferenciados ainda os percentuais de evasão das escolas de educação profissional e das escolas de ensino médio regular, embora tenham melhorado no ensino médio regular. Nas de educação profissional, a evasão é muito próxima de zero.

Quero enaltecer a proposta de não contingenciamento de recursos para a educação.

Foi perguntado sobre dificuldade em parcerias com Municípios. Eu, sinceramente, acho que não há nenhuma. Temos diferenças políticas com alguns Prefeitos, mas todos os Municípios são integrantes desse programa. Quanto aos demais programas, como o PROARES, que ajuda no ensino infantil, os critérios são absolutamente técnicos. Encontramos os Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Municipal a partir do IDH, do IDS e tal. Já foram eleitos os 80 Municípios, nós estamos fazendo 20 a cada ano. Os últimos 20 entraram agora. No programa de ônibus, aos Municípios que contratam financiamento para ônibus destinados a transporte escolar, o Estado dá outro, independentemente de filiação. Agora, estou concluindo a contratação de operação com o BNDES para o ensino infantil, para construir escolas de educação infantil. O Estado dá a metade e o Município aporta a outra metade.

Enfim, há diversos programas. E eu, sinceramente, não tenho dificuldades. Com relação ao PROARES, por exemplo, de 80 Municípios, apenas um desistiu. Não posso dizer que há dificuldades. Os outros caminham bem.

O Deputado Bruno perguntou sobre a meta. Temos uma meta numérica: 140 escolas. Isso deve significar entre 10% e 15% das matrículas?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É mais, quase 20%.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Vinte por cento das nossas matrículas no ensino médio serão em escolas de educação profissional em tempo integral.



Eu já tinha dito que queremos caminhar na linha do primário bem feito. Já há o processo de alfabetização. Acho que alguém disse: não deixem essa coisa ir para 8 anos. A referência que tenho, com mais conhecimento de causa, é a minha. Fiz jardim de infância com 5 anos e me alfabetizei aos 6 anos. Com essa idade eu já estava alfabetizado. Entrei no 1º ano lendo. Era assim. Estamos deixando a alfabetização para os 7 anos, mas, a rigor, deveria ser aos 6 anos de idade. Já estamos deixando para os 7. Não vamos deixar que vá para os 8 anos. Não há necessidade. Não sou especialista, não sou pedagogo, mas há uma idade propícia para a alfabetização. Quanto mais passa dessa idade... Meu filho tem 4 anos. Essa idade é fértil. O instinto para aprender está a 100%. Depois disso, só diminui. Então, quanto mais o tempo passa, é pior. Não deixem que passe de 7 anos a idade para alfabetização.

Critério de seleção de diretores municipais. Izolda, há algum esforço para os Municípios?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Há.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Bem, depois a Izolda falará sobre o assunto.

Rendendo homenagem a todos os meus companheiros, meus conterrâneos, Bruno (um grande quadro), Raimundo Gomes de Matos, Padre Zé, João Ananias, quero fazer uma homenagem especial ao Ariosto, com a permissão de todos. O programa de educação profissional foi inspirado numa provocação que o Ariosto me fez. No começo do Governo, em 2007, pensando sobre o assunto, sobre a sua importância, mas sem rumo, sem informações mais profundas, convidei o Ariosto e todos os que faziam ensino técnico-profissionalizante no Estado do Ceará. Convidei o Cláudio, o SENAI, o SENAC, enfim, todo o mundo de quem eu tinha notícia de que fazia ensino técnico-profissionalizante eu convidei para ouvir. E o Ariosto me disse uma coisa de que eu nunca esqueci: nos países desenvolvidos, para cada profissional de nível superior, há 5 profissionais de nível técnico. No Brasil, para cada um de nível superior, nós temos meio de nível técnico. Então, é patente a necessidade de um grande esforço de oferta. E nós começamos a ver isso no dia a dia. Estávamos falando em tese naquela época. Coincidentemente, esse surto de desenvolvimento pelo qual o Brasil — e o Nordeste e o Ceará, de modo especial — está passando começa a identificar claramente a necessidade de mão de obra



técnica, de profissionais de nível técnico. Sobra emprego e faltam pessoas capacitadas. Isso foi o que me motivou a implantar esse programa de educação profissional.

Ele fez referência a dois programas, o CED e CDC. O CED é o Centro de Educação Digital e o CDC é o Cinturão Digital do Ceará. O Cinturão Digital do Ceará é a antecipação, em 4 ou 5 anos, do PNBL — Plano Nacional de Banda Larga. O Ceará já está com a estrutura pronta. Nós investimos lá algo em torno de 70 milhões de reais e temos 2.300 quilômetros de fibra ótica contornando. É um anel que contorna o Estado todo, de norte a sul, de leste a oeste. E, ancorado nele, nessa estrutura de fibra, acho que são 60 antenas de sinal WiMAX, que tem um raio que chega até 30 quilômetros. Isso nos permite — tenho muito cuidado quando digo o que é que isso permite — disponibilizar banda larga de Internet aos Municípios que concentram 92% da população urbana do Estado do Ceará. No Ceará, 85% da população é urbana e 15% é rural. Os Municípios que concentram 92% da população urbana vão ter o sinal de banda larga. Está entendido? Bom, está lá a banda larga. A banda larga chegar à casa da pessoa é outra conversa, e eu não sei ainda como será dado esse passo. Estou ouvindo sugestões, já fiz uns seminários. Mas a estrutura, o *backbone* está pronto. No final de junho, ele estará todo pronto, 100% pronto, nós vamos ter essa estrutura. E, ligado a ele — o projeto quem deu foi o Ariosto —, nós construímos o Centro de Educação à Distância, que vai permitir o que o nome está dizendo: fazer educação à distância com a estrutura de fibra ótica, que permite sinal de 10 gigas, podendo ser ampliado.

Muito bem.

Izolda.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Uma coisa que eu acho importante registrar é que nós respeitamos, precisamos respeitar o espaço das autonomias nessa relação com os Municípios. Então, eu acho que uma das coisas importantes para essa adesão... O Ceará já tem uma história de participação. Algumas coisas ao longo da história do Ceará mostram essa tendência e essa disposição. Nós tivemos uma adesão tão forte a essa cooperação porque também procuramos acertar o passo em algumas coisas que às vezes a dificultavam.



A primeira coisa foi baixar o tom. A relação é horizontal. Claro que nós somos propositivos e fazemos a coordenação das ações. E muitas dessas ações são colocadas para os Municípios na perspectiva de adesão. Agora, baixamos o tom: não há aqui ninguém mandando em ninguém. Nós estamos sentados à mesa para discutir as questões e fazer as definições em conjunto. Eu acho que isso é muito importante.

Então, dentro desse aspecto, nós temos uma pauta. O PAIC tem uma agenda de compromissos que é proposta para os gestores. Nessa agenda de compromissos, muito focada no aspecto da gestão, há esse tópico relacionado à seleção de diretores. Seleção de diretores por critério de mérito, para garantir, o máximo possível, que as pessoas escolhidas tenham o mínimo de capacidade para exercer a importante função de diretor escolar, estejam ali pelo mérito e saibam que ficam ali na medida em que prestam conta, com responsabilidade, da tarefa que a elas é designada. Isso é muito importante, porque às vezes outras formas — “ah, o diretor está ali porque é amigo de alguém ou porque foi indicado por alguém!” — geram muitas vezes uma imobilidade. Agora, nós não obrigamos. Essa pauta está no espaço das discussões. Acontece de nós chegarmos, por exemplo, para um Prefeito e dizermos: “Prefeito, nós conversamos com o Secretário e ele não sabe nem o número de escolas que o Município tem”. Quem somos nós para dizermos bote esse ou aquele Secretário? Não. Mas nós temos essa interlocução do que observamos nas relações de trabalho, nas dinâmicas, nos cursos.

Não há como nós obrigarmos o Município ou determinarmos que o Município escolha assim ou assado os seus diretores, mas isso está presente como um aspecto importante. Nós damos o exemplo, com a visão e a forma com que o Governador entende isso — e eu considero também com o apoio dos Parlamentares do Estado, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais. Eu penso que nós temos tido um grande apoio nisso, para, na rede estadual, trabalharmos com critérios que não se vinculam a essa ou aquela posição política. Eu considero isso muito importante. Nós temos absoluta autonomia e tranquilidade. Nós, na Secretaria da Educação, na grande maioria das vezes, não sabemos nem a que partido o Prefeito é filiado, para falar a verdade. Muitas vezes, eu não tenho nem ideia de qual é o partido do Prefeito. E a eleição municipal aconteceu com pouquíssimos



problemas, nenhum balanço problemático. Iniciaram novamente. O programa continuou se firmando. Acho que isso é uma coisa muito positiva.

Nós procuramos dar o exemplo da rede estadual. Os diretores têm, no seu processo seletivo, um plano de metas, com indicadores com os quais têm que se comprometer e que nós procuramos acompanhar. Esse sistema que implementamos de acompanhamento das escolas da rede estadual nós chamamos de Superintendência Escolar. É um modelo de acompanhamento para a gestão reaprender a acompanhar as escolas. Para nós, na rede estadual, é um desafio. Estamos ainda com muita coisa para melhorar. Mas conversamos sobre isso com os Municípios. E muitos Municípios, em várias regiões, estão implantando a Superintendência Escolar.

Nós temos um modelo muito interessante chamado de Diretor de Turma, um modelo de dinâmica do acompanhamento dos alunos na escola. É muito promissor e está mostrando resultados. Vários Municípios já estão se mobilizando para implantá-lo.

Então, nós temos essas ações. Temos o SIGE, um sistema de informática de gestão e acompanhamento das escolas, de monitoramento de indicadores, à disposição dos Municípios. Os que quiserem implantar nós apoiamos com a parte técnica, que é mais difícil para eles, e de formação. Procuramos colocar essas ações à disposição, para que possamos avançar.

Como o Governador disse quanto à questão da meta, à colocação do Bruno, eu também acho que tem que ser, pelo menos, o compromisso com os 7 anos. Como eu disse anteriormente, não é extravagância nenhuma. Os meninos aprendem. “Eles têm um contexto familiar mais desfavorável.” É verdade. “A situação da família impacta fortemente.” É verdade. Nós sabemos que há todos esses pesos, mas isso não pode desresponsabilizar a escola. Pelo contrário, a escola tem que se preparar...

O SR DEPUTADO EDSON SILVA - Secretária Izolda, aprende se estiver com a barriga cheia. Também há esse detalhe.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Oi?

O SR DEPUTADO EDSON SILVA - Aprende se estiver com a barriga cheia.



A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É claro. Aí é imperativo. Mas acho que nas escolas isso está minimamente ou satisfatoriamente equacionado. A não ser as situações de irresponsabilidade. Mas, como condição, eu acho que... E eu penso que, se a escola se fortalece institucionalmente e enriquece os seus processos, as crianças respondem positivamente. Disso eu não tenho dúvida.

Agora, nós precisamos é ter perseverança nas políticas. Observamos, por exemplo, os indicadores do Estado, ao longo de anos, de uma década ou de mais de uma década. O que acontece? Até um certo tempo, eles não mostram tendências de melhoria. O abandono uma hora sobe, depois desce um pouquinho, depois sobe de novo, mostrando que não existe uma ação com o devido... Ao longo desse tempo, nós não conseguimos responder à manutenção de uma tendência de melhoria, de elevação de aprendizagem, de diminuição de abandono, diminuição de distorção. O que estamos procurando agora com essas medidas e a atenção aos processos de gestão é ter mais controle sobre isso e garantir a melhoria desses resultados.

Eu considero que nós temos, do ponto de vista da rede estadual, alguns esforços para a valorização do professor, do magistério. Nós temos alguns esforços que considero importantes, tanto de atendimento a determinadas reivindicações e pautas antigas, como também relativamente à melhoria das condições de trabalho. Na medida em que nós melhoramos as estruturas da escola, em que nós garantimos mais equipamentos, em que nós mudamos as diretrizes de lotação para dar à escola uma situação mais confortável de trabalho, tudo isso repercute como valorização do profissional que está ali trabalhando e que está precisando ter uma condição mais amigável para que possa sentir-se mais feliz e mais estimulado na profissão.

Nós estamos com uma pauta, como o Governador disse, estamos em momento de negociação muito importante com a categoria, exatamente para acertar a questão relacionada ao piso e ao formato do piso, porque, desde o primeiro momento em que a lei foi aprovada, houve o questionamento e o aceite da ação. E o Estado do Ceará já corrigiu imediatamente a situação dos relativamente poucos profissionais que ainda tinham remuneração abaixo do valor estipulado. Ficava principalmente em alguns professores de contrato temporário, alguns aposentados,



alguns profissionais que não tinham nível superior. Isso foi acertado já no primeiro momento.

E agora nós estamos num momento de revisão do plano, de revisão não só da tabela, mas, na verdade, da carreira e de aspectos que consideramos que podem e devem mudar para tornar a carreira mais atrativa, gerar um movimento favorável para os professores e atender de imediato à determinação da Lei do Piso nesse formato, piso entendido como vencimento-base.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Sr. Presidente Vanhoni, eu queria, sem interromper a nossa Secretária Izolda, que V.Exa. pudesse, em virtude do adiantado da hora, sistematizar um pouco melhor o tempo dos Deputados que ainda vão se colocar. Caiu o registro de presenças no Plenário, e precisaremos todos fazê-lo novamente. Se o nosso Presidente Gastão Vieira pudesse organizar isso, para não cansarmos também o nosso Governador e os presentes...

Muito obrigado.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Bom, só para..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Só para encerrar, não é?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Quero só fazer um registro, assim. É que nós temos aí, respondendo também a uma das questões, acho que de Bruno, nós temos o PAIC Mais, agora, que está sendo lançado no Ceará. Agora, o desafio é o de que nós possamos mirar o quinto ano, a elevação dos resultados do quinto ano. Então, o PAIC Mais significa: mais igualdade nos resultados da alfabetização, mais séries, mais matemática, mais letramento, e é com essa mensagem, agora, que nós vamos trabalhar com os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Renan, vamos... Estão inscritos: primeiro, a Deputada Dorinha, que está dando uma entrevista lá fora; Izalci, que está aqui; Renan, que está aqui. São três. Lelo saiu. Raul Henry está aqui, são quatro. Chico Lopes está aqui, são cinco. André Figueiredo saiu. Domingos Neto saiu. Ah, Domingos Neto está aqui. Então, nós temos...

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA - Sr. Presidente, eu estou inscrito aí, depois do Deputado Renan, Edson Silva. O senhor pulou o meu nome aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Ah, Edson está aqui, sim. Eu o vi. Por isso é que não perguntei se estava aqui.



Então, nós vamos recomeçar o segundo bloco. Eu começo, já que a Deputada Dorinha saiu rapidamente, com o Deputado Izalci.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, evidentemente, nós que falamos depois já... Praticamente muitas perguntas já foram feitas, mas eu gostaria só de ressaltar aqui algumas questões.

Gostaria de indagar ao Governador, ou à Secretária, com relação à questão da alfabetização, se existe algum programa ou alguma ação voltada à escola-comunidade, no sentido de uma relação para trazer a comunidade para a escola, incentivando a alfabetização, e se existe também um programa de descentralização dos recursos nas escolas.

Com relação à questão profissional, eu não vi na apresentação e indago se existe educação inicial e continuada, aqueles cursos de 60 horas, 80 horas, 100 horas, se são dadas essas modalidades de educação inicial e continuada.

No que diz respeito à forma de contratação desses professores da educação profissional, eu, particularmente, atuei aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós trabalhamos com a educação profissional, e uma das dificuldades grandes que tínhamos aqui era a contratação de professores concursados para curso técnico. É muito difícil abrir-se concurso para todas as áreas de cursos técnicos. Qual é a solução que os senhores encontraram para isso?

Essa bolsa-estágio que eu vi aqui na apresentação, que tipo de bolsa é essa? Como é que funciona essa bolsa-estágio?

E essa premiação dos professores, em termos de produtividade e valorização, como é a sistematização da premiação para os professores?

Basicamente, eram essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Renan, V.Exa. é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Obrigado, Presidente Gastão.

Governador Cid Gomes, Secretária Izolda, parabéns pela apresentação. Eu, Governador, também tive a honra de ser Prefeito da minha cidade natal, e experimentei várias das dificuldades que o senhor relatou aqui na tarde de hoje. Eu fui Prefeito do Município de Murici, no interior do Estado de Alagoas, um Município



pequeno, menor do que Sobral — nós temos lá aproximadamente 30 mil habitantes —, mas com problema semelhantes. É um Município pobre, que atravessa muitas dificuldades, e realmente a alfabetização é um dos principais problemas; talvez, como foi comentado, o principal.

Muita gente que me antecedeu já tratou da alfabetização. Eu queria tratar de um outro grande problema da educação básica, que é a distorção idade/série. Nós procuramos enfrentar isso em Alagoas, porque a alfabetização é para aquele aluno que está chegando ao ensino fundamental, mas, quanto àquele que já está na escola, nós não podemos admitir que essas gerações que estão nas escolas com idades distorcidas em relação às séries em que deveriam estar sejam perdidas também, Secretária, porque os seus pais, de muitos deles, já não têm recuperação, como comentou o nosso Deputado Ariosto, em virtude da extrema dificuldade de a educação de jovens e adultos acontecer, efetivar-se no Brasil. Portanto, a distorção idade/série tem de ser também muito combatida, para que nós possamos, por meio de programas de aceleração, por meio de programas de educação mais intensiva, colocar esses alunos na série em que eles deveriam estar. Esse é o primeiro ponto.

Um segundo ponto: eu queria parabenizá-lo pela iniciativa, Governador, da educação profissionalizante. Eu acho que o Brasil precisa muito disso. Será a nossa Meta 11 do Plano Nacional de Educação. Eu acho a meta muito modesta. Nós temos algumas metas muito ambiciosas e outras muito modestas; essa é uma das que são muito modestas, a de ampliar em 50%, ou duplicar, desculpem-me, a quantidade de escolas técnicas. Alagoas, que praticamente não tem nenhuma, nós só temos no Estado de Alagoas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - É, não tem nada. Exatamente, vai terminar depois, daqui a 10 anos, sem nada ainda. Portanto, eu acho a meta pouco ambiciosa por isso. Nós temos lá quatro escolas de ensino técnico profissionalizante, nas cidades de Palmeiras dos Índios, Marechal Deodoro, Satuba e Maceió, a Capital, mas temos em construção oito; já é, na verdade, a duplicação que o Plano exige. Portanto, eu acho a meta muito simplória.

E fico muito feliz, porque no Município onde fui Prefeito nós já estamos com uma dessas escolas técnicas federais funcionando e uma escola doada pelo



Município para essa finalidade, enquanto a Escola Técnica Federal está sendo construída.

Agora, dito isso, e deixando a primeira pergunta, sobre a distorção idade/série, eu tenho mais duas perguntas, já que Izalci, nas suas palavras, fez uma das perguntas que eu faria, com relação à premiação dos professores e ao incentivo dado. Eu estive em Minas Gerais esta semana, estive com o ex-Governador Aécio e o Governador Anastasia, e testemunhei uma iniciativa salutar, que é a de avaliar todos os funcionários do Estado, não só os professores, não só os médicos, mas todos, desde aqueles que fazem a limpeza, e um percentual importante — 20% — do salário de cada um é balizado nessa avaliação. Essa é uma atitude muito interessante, que premia o benfeitor, aquele que se preocupa com o Estado e que trabalha para que a política pública chegue à ponta com qualidade.

Eu queria perguntar: um dos problemas de Alagoas é o comprometimento do FUNDEB com a folha de pagamento. Esta discussão é a discussão do Brasil, é uma discussão que se dá com muito calor aqui na Comissão de Educação, da qual faço parte: Alagoas já compromete mais de 100% do FUNDEB somente com pagamento da folha. Eu queria perguntar à nossa Secretária Izolda qual é o percentual do FUNDEB que é alocado para o pagamento de professores e funcionários das escolas.

A segunda pergunta é para o Governador Cid: com um custo anual, pelo que eu entendi da palestra, de aproximadamente R\$ 7 mil por aluno/ano — é por ano esse custo, são R\$ 7 mil por aluno/ano, não é? —, quantas vagas de ensino técnico o Estado pretende instalar até o final da gestão, até o final deste Governo? Porque é um custo representativo, que eu acho que é impeditivo, inclusive, para alguns Estados mais pobres do que o Ceará do senhor, que, graças a Deus, pela pujança econômica, tem condições de implantar essas políticas.

Mas finalizo minhas palavras parabenizando-os e dizendo — ouviu, Secretária Izolda? — que eu luto bastante para que a educação de Alagoas avance. Faço críticas quando o Governo erra, procuro também elogiar quando a política está correta, e queria estender este elogio à senhora, pela capacidade de argumentação e pelo trabalho que vem fazendo no Ceará. Parabéns também ao Governador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Obrigado, Deputado Renan Filho.

Pois não, Governador. *(Pausa.)*

O SR. CID FERREIRA GOMES - Presidente, quero aproveitar a presença de um cearense presidindo a reunião para fazer uma sugestão. Acho que boa parte dos que estavam inscritos tiveram de se ausentar; então, acho que, para ficar mais dinâmico, cada um pergunta, e nós respondemos logo. Izolda vai ser breve, eu também vou esforçar-me para ser breve, e nós... Acho que fica mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Faltam Edson e eu, Chico Lopes.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Pois é. Então, mais um motivo para nós, em vez de somarmos, já respondermos logo, senão fica distante a pergunta, e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Então, responda logo a Renan.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Pronto. Não, o Deputado Izalci perguntou — bom, em algumas Izolda vai ajudar-me aqui — se há alguma experiência de escola-comunidade. Eu sou muito cético. Esse exemplo de escola, de educação profissional, nós começamos a partir de uma experiência lá de Pernambuco. Houve essa conversa lá com Ariosto, eu procurei ver então onde é que havia isso, e aí soube que Marcos Magalhães, que é executivo da Philips, tinha uma experiência lá em Pernambuco, e nós fomos atrás dele; ele foi muito atencioso, e começamos. E previa-se essa coisa, o envolvimento com a comunidade, com a... Lá em Pernambuco ele conseguiu, acho que pela liderança pessoal dele, fazer com que uma empresa apadrinhasse uma escola; eu não consegui nenhuma *(risos)*, eu digo, uma empresa assim. Então, nós estamos tocando é com as coisas nossas, mesmo, do Estado, e... Mas, enfim, Izolda pode... Eu sou descrente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Antes de passar... Ah, desculpe.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Cassou-me a palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Não, não. *(Risos.)*

O SR. CID FERREIRA GOMES - A centralização dos recursos nós fazemos. Hoje médias despesas já são a cargo das escolas. As escolas têm CNPJ. Todas as



escolas do Estado têm CNPJ, e até médias reformas já são executadas no seu orçamento. São ordenadoras de despesas. Estamos procurando descentralizar ao máximo, acabar com essa história de que a Secretaria de Educação é um órgão central de demanda. O cara vai lá se queima a luz, a diretora tem de vir lá na Secretaria de Educação atrás... Nós temos CREDEs, que são coordenadorias regionais. São 21?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - São 20.

O SR. CID FERREIRA GOMES - São 20 CREDEs. O Estado é dividido em 20 microrregiões administrativas. A Secretaria de Educação tem essas 20, descentralizadas. E as escolas passaram a ser unidades gestoras, com CNPJ, com execução. Além dos recursos que vêm do Governo Federal, o Estado também repassa um *per capita* e tal.

Sobre a contratação de professores para as escolas de educação profissional, realmente, para que se tenha um dinamismo, digamos que uma região, num determinado momento, está precisando formar técnicos de enfermagem; em 4 ou 5 anos pode-se suprir aquilo ali e não ser mais necessário formar mais técnicos de enfermagem lá, e sim redirecioná-los para outra coisa; aí faz-se alguma coisa, um concurso para funcionários dos Estados, e fica-se com um monstro criado no Estado. Então, quanto a professor para as escolas de educação profissional, elas são, repito, em tempo integral, um turno, ensino médio e regular; a regra é concurso. Acabei de fazer agora um concurso para 4 mil professores. Então, nós estamos buscando ter o mínimo de temporários possível. Ainda temos uma quantidade razoável, mas no ensino médio regular, aquilo que é a nossa obrigação sempre, nós queremos ao máximo ter concurso e suprir com funcionários efetivos etc.

Quanto a cursos profissionalizantes, nós temos lá, já há algum tempo, uma OS que se chama CENTEC. Essa OS então contrata, nós fazemos um contrato de gestão... É anualmente ou semestralmente?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - Anualmente é feito um contrato de gestão com o CENTEC. É quando dizemos: nós precisamos de tantos professores, assim ou assado, para o curso tal e tal. Eles contratam lá, pela CLT, nós pagamos; eles fazem a seleção...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - Não, não. O Ministério Público só criou caso com uma coisa lá, ao que me consta, que foi o seguinte: nós decidimos lá que as vagas das escolas de educação profissional eram para alunos oriundos da escola pública, e o Ministério Público arguiu, e mandou reservar quantos por cento das vagas?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - *(Risos.)* É engraçado. Mandou reservar 20% das vagas para a escola privada *(risos)*, para egressos da escola privada. É meio às avessas, não é? Mas, enfim...

Bom, a bolsa-estágio, como é que funciona? Em toda escola, a primeira sala, coincidentemente, em que se entra, na parte administrativa, é uma sala reservada ao coordenador de estágio. Cada escola já tem desde o início um coordenador de estágio, e ele começa a trabalhar visitando as empresas que existam na região, identificando vagas e tal. O Estado paga a bolsa. São os últimos 6 meses; nos últimos 6 meses o aluno... É base da grade curricular; é de 6 meses o estágio, o Estado paga a bolsa e... Enfim, a iniciativa privada... Esse coordenador faz essa ação com o mercado. Nós pagamos meio salário mínimo para...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - Deputado Renan...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - Não, o prêmio não é para professor. Essas premiações são para a escola.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - Hã?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É do Escola Nota 10, não é? Do PAIC. Mas há...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Sim.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - ...na rede estadual a premiação para os professores, pelo 14^a.

O SR. CID FERREIRA GOMES - É. Nós pagamos um 14^o salário, pelo desempenho dos alunos.



A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É, pelo resultado da escola.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Dos alunos. E essa premiação, que são os R\$ 30 milhões do PAIC, é para as escolas. Aí a escola decide o que é que vai fazer, apresenta um plano, e aí o Estado repassa um *per capita*. O *per capita* é de R\$ 2.500,00 por cada aluno. Então, há escola que recebe R\$ 500 mil de prêmio. Houve escola lá que recebeu. Também, esse é o mais alto valor. Uma escola recebeu R\$ 500 mil de prêmio num ano.

Bom, Deputado Renan, essa questão de distorção idade/série foi um problema que eu enfrentei também no Município. Eu não sei, sinceramente, como é que o PAIC... A filosofia do PAIC é a seguinte: vamos fechar a torneira. Certo? Então, ele está pegando lá quem está ingressando na escola. É claro que a escola tem, nós temos uma quantidade enorme de pessoas que não se alfabetizaram, analfabetos, no Brasil; nós temos nas séries posteriores gente que não está alfabetizadas, eu vi esse programa, e... Enfim, aí há muitas experiências. Eu, lá em Sobral, na época em que lidei mais proximamente com isso, nós fizemos uma parceria com o Instituto Airton Senna e fizemos um programa específico; tiramos todas essas pessoas que estavam...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - É, o Acelera. Pegamos todos os que estavam defasados, colocamos numa sala específica, com uma didática específica, material didático específico e tal, e conseguimos corrigir o fluxo. Vai sobrar hoje, eu acho, se olharmos lá, zero de defasagem. Na rede de Sobral não há defasagem idade/série. E não há aprovação automática, não. O negócio conseguiu foi engrenar mesmo, lá, e...

Bom, quero ratificar, reforçar o seu argumento: acho que dobrar é muito pouco. O Ceará, em nível federal... Cláudio não está mais aqui, ou está aqui; eu ia dizer na frente dele, era até melhor, mas... Graças à competência dele, e naturalmente ao compromisso do Presidente Lula, do Ministro, que tem grande compromisso com essa área, a rede federal, em unidades físicas, passou de quatro para 23. Nós ficamos por cinco, não é? E matrículas eram quantas?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. CID FERREIRA GOMES - Eram 6 mil, e vamos para 21 mil, não é? Então... Bom, é claro, essa história de dobrar é sempre... Estabelecer-se como meta dobrar é complicado. Eu acho que se deveria estabelecer um percentual ideal de população de nível técnico, não é? Como meta, é isso.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Um percentual da quantidade de alunos no ensino médio já seria interessante também.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Eu acho que mais, um percentual da população. O que é que é razoável? O que é razoável no Brasil, que nós tenhamos 15% da população com nível superior? É isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - Hã? Vinte por cento é o razoável? Então, com nível técnico seria o quê? Hã?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Ariosto, use o microfone.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Bom, então seria o caso de estabelecermos percentuais da população, e fazermos isso em etapas, enfim, e transformarmos essa tabela para a realidade de cada Estado. Pode ser que um Estado hoje já tenha 10%, não sei, ou 5%; então, dobrar para esse pode ser uma meta audaciosa demais. Agora, para um que está com 0,5%, dobrar é uma meta pouco ousada. Então, acho preferível pensar em um percentual ideal de formação, de matrículas, proporcional à população. É o que eu penso.

Da premiação já falei. O percentual do FUNDEB acho que está em 75%, não é, Mauro? Mauro é que sabe essa conta direito aí. Sim?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - São 65%. Há uma briga lá. Os dois ficam brigando. Izolda não quer botar nada e Mauro quer elevar o percentual.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - O Ceará não...?

O SR. CID FERREIRA GOMES - O Ceará investe, aplica em educação 29%.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Vinte e nove?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Vinte e nove, e isso tem subido nos últimos anos. Nós estamos crescendo em receita, quebrando recorde em cima de recorde, e ainda assim aumentando o percentual. Então, em termos absolutos...



O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Mas são 65% do FUNDEB apenas, ou 65% dos 29%?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Do FUNDEB. Não, do FUNDEB. Para os senhores terem uma ideia de como é, 65% nós comprometemos com...

O SR. MAURO FILHO - Governador, se o senhor me permitir, quero lembrar que...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Não, e veja bem, isso é argumento...

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Aí, Governador Cid, dá até para fazer um bom acordo com a categoria agora, este ano. A Secretária vai... *(Risos.)*

O SR. CID FERREIRA GOMES - Não, na prática, agora, nessa negociação que nós estamos fazendo, eu estive com eles, só este mês, três vezes, não é? Nós temos muito diálogo também. Na prática, os mais baixos vão ter 45% de aumento agora. Os mais baixos, os iniciantes nas carreiras vão ter 45% de aumento.

O SR. MAURO FILHO - Governador, só quero ponderar que, na apuração, o Ceará é um dos oito Estados que não contabilizam o pagamento de professores aposentados com o FUNDEB, o que é feito por outros Estados.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Hum, hum. Bom, então, isso responde, de certa forma, à sua outra pergunta, não é? Em parte, porque nós temos aí uma margem de FUNDEB que nos permite ir ampliando esse esforço da educação profissional, que é muito caro, e ao mesmo tempo eu também estou confiando aqui no PNE, em que *(risos)* nós reservemos aí um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Tem muita fé em Deus. *(Risos.)*

O SR. CID FERREIRA GOMES - Não, eu acho, sinceramente, eu acho que se poderia estimular mais a educação em tempo integral, ampliando o valor *per capita*, que aumenta só 30%, não é isso?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Trinta.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Pois é, aumenta 30%, quando nós sabemos que o gasto é quase o dobro, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - É mais do que o dobro. É mais do que o dobro! Na prática, são três vezes mais. Em rigor, não é mais do que o dobro, quer



dizer, não é regra, porque a educação profissional é mais cara. Não é o tempo integral, só; é o tempo integral, e com educação profissional, que é muito mais cara. Então, têm de melhorar aí os valores da educação em tempo integral. É como um estímulo, aí, porque essa coisa... Temos um Município no Ceará hoje que já está com 100% das matrículas em tempo integral, o de Eusébio. É um Município fora da média — não é? —, porque está na região metropolitana, e há muitas empresas lá; ele tem uma receita de ICMS muito elevada. É a maior renda *per capita* do Ceará, salvo engano. Ele já está com 100% das matrículas em tempo integral, e acho que isso é bom. Isso supre muitas dessas deficiências aí de que o Deputado Edson Silva falou, de a pessoa chegar com fome na escola, aprender... É como lá em Eusébio: se há escolas em tempo integral, nessas escolas, o aluno chega, lancha, almoça, e sai com um lanche. Nessas nossas escolas são três refeições que são asseguradas, três belas refeições.

Bom, Izolda, quer complementar?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu tinha uma pergunta... D. Izolda, Secretária, já que... antes de a senhora complementar, eu... o ensino superior, eu tinha curiosidade, um pouquinho, de saber como funciona o sistema de ensino superior no Estado do Ceará. Nós abordamos até o profissionalizante. Precisava ter um pouquinho dessa atenção do senhor

O SR. CID FERREIRA GOMES - Bom, vamos lá, rapidamente. Rapidamente. Historicamente, Deputado, houve omissão. Quer dizer, havia uma universidade federal, baseada em Fortaleza, e o Estado então começou a fazer, por falta... Essa é uma competência, uma atribuição federal, mas, dada a omissão histórica, o Estado criou três universidades. Nos 8 anos de Governo Lula houve uma mudança nisso. Foram abertos três campi avançados da Universidade Federal; está sendo criada, foi criada agora, instalada agora uma nova universidade lá, que é a UNILAB; houve a expansão da rede dos institutos federais, que fazem também ensino superior, e... Enfim, no Estado, o que é que eu estou... Ao longo destes 4 anos, o meu compromisso foi de dobrar o orçamento das universidades. Fiz isso dobrando salário, dobrando custeio, dobrando investimento, mas estou lá, segurando, na marra, para eles não abrirem, para não haver expansão mais de rede, e eu estou trabalhando para que a União possa absorver. Eu não quero livrar-me do custo; eu



fico pagando o servidor a vida inteira, asseguro o custeio, e faço o investimento e repasso para a União, mas eu quero que a União assuma isso, para ficar o Estado focado em ensino médio.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O ensino superior então está na Secretaria de Ciência e Tecnologia?

O SR. CID FERREIRA GOMES - A Secretaria de Educação está com a educação básica: Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará, e a Secretaria de Ciência e Tecnologia está com as três universidades, mas o meu desejo é de que elas sejam... Menos a UECE; a UECE, que é a mais tradicional, é bom que o Estado tenha, para... enfim, que tenha uma universidade. As outras duas, do interior, eu estou trabalhando, e acho que... O Ministro agora disse que muito provavelmente será criada, acho que este ano, provavelmente, a do Cariri; agora, eu quero ver se mando junto a proposta da URCA. Não, eu não quero um tostão...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID FERREIRA GOMES - A URCA. É a do Cariri que vai começar, não é? A do Cariri vai começar; então, eu quero mandar junto a proposta da URCA, a estrutura toda. Eu continuo pagando todo o pessoal. Não quero que a União tenha um centavo a mais de custo. Eu pago o pessoal, a parte de custeio, eu continuo repassando, faço um convênio e repasso para eles o que eu faço de investimento, eu ainda faço um convênio e repasso para a União; eu só quero é que isso fique sob a gestão do Governo Federal, porque vai, enfim, entrar naquilo que é o correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Prof^a. Izolda...?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Não, eu penso que já foram bem atendidas as questões. Eu só quero, assim, dizer que, desse ponto de vista da descentralização de recursos financeiros, nós temos já um processo no Ceará, mas queremos melhorar. Inclusive estivemos visitando, o Secretário Executivo visitou Tocantins, não é? Quero aproveitar e dizer aqui que foi Dorinha, a Deputada Dorinha quem implantou, à época em que teve uma experiência muito importante como Secretária Estadual de Educação, e é uma das boas práticas lá, que nós visitamos e tal, para conhecer melhor e poder aprimorar a nossa, no Estado. E quero saudar Dorinha, com quem eu tive a oportunidade de conviver no CONSED, ela como Presidente do CONSED, e com certeza, aqui, nessa sua nova



tarefa, importante tarefa, com certeza está contribuindo, enriquecendo aqui o debate numa área em que tem uma experiência tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Com a palavra a Deputada Dorinha, do Tocantins.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom, eu quero agradecer a Izolda as palavras e parabenizar o Governador. É muito bom quando nós que somos da área da educação vemos um gestor do Estado, um Governador ou um Prefeito, envolvendo-se com a educação, senão o senhor nem conseguiria falar aqui, responder-nos; então, é sinal de que realmente dá prioridade, e não só no discurso, pois as suas ações demonstram isso. Eu acho que é muito importante. E o senhor também tem uma equipe boa: a Prof^a. Izolda e Maurício, com quem nós tivemos a oportunidade de conviver.

Essa experiência da alfabetização é extremamente interessante. Recentemente o CONSED inclusive esteve, por intermédio de um grupo de secretários, visitando-a. Eu acho que os resultados mostram o quanto é interessante a experiência. Mas eu, sinceramente, acho que a experiência mais exitosa que os senhores têm demonstrado, e inclusive o próprio CONSED uma vez convidou o Ceará para apresentar essa experiência, é o regime de colaboração, em que nós avançamos muito pouco no País. Nós temos um discurso do regime de colaboração, mas o que se instala na maioria dos Estados é uma verdadeira disputa por aluno, que veio com o FUNDEF e piorou com o FUNDEB. Há disputa por aluno, políticas públicas muitas vezes desorganizadas, e a maioria dos Secretários estaduais são Secretários de rede, não entendem que são Secretários de Educação do Estado e deveriam lidar com o conjunto de educação do Estado. Eu acho que o Ceará demonstra isso.

Eu acho que é muito interessante a experiência que os senhores têm, do ponto de vista da legislação, e nós precisaríamos conhecer mais. Eu tive a oportunidade de assistir a essa apresentação, mas eu acho que ela foi, aqui, hoje, inclusive muito rápida. Pouca gente talvez tenha prestado atenção ao detalhe de que, na verdade, existe uma política indutora do regime de colaboração, por meio da retribuição do ICMS. Não existe uma tentativa de se livrar de uma responsabilidade passando-a para um outro ente federado. Há a construção desse regime, que



envolve formação, preocupação com o resultado de educação, como Estado. Eu acho que isso é extremamente importante, principalmente, nosso Relator, porque, como nós estamos aqui discutindo, o sistema nacional ficou na cabeça, na meta da CONAE, mas pouco está consolidado no PNE. Nós não conseguimos, na costura do PNE, identificar nada, ou, pelo menos eu acho, há pouca coisa que consiga concretizar o regime de colaboração. Eu acho que o Ceará e outros Estados que estão nesse caminho poderiam ajudar-nos muito nesse desenho de como consolidar uma parceria real.

Bom, eu quero... primeiro, eu sei que os senhores trabalharam com três modelos. Eu queria saber se há algum modelo que se destacou, em termos de resultado da alfabetização. Acho que é preocupante, porque no Brasil nós não temos... a formação do professor não cuida de prepará-lo para a sala de aula, nem para alfabetizar, nem para trabalhar do primeiro ao quinto ano, nem do sexto ao nono, não é? Infelizmente, o que nós fazemos no Brasil é uma verdadeira covardia. O professor não é preparado, e tem de ir para a sala de aula enfrentar diferentes necessidades sem ter sido orientado e preparado para isso. E nós avaliamos no final o aluno sem ter sequer preparado o professor! Nem temos um currículo mínimo para ele saber o que deveria trabalhar em sala de aula. E daí a minha outra pergunta: os senhores conseguiram avançar na construção de proposta curricular? E ela é adotada pelo Estado e pelos Municípios também?

E queria saber dessa relação também, queria conhecê-la melhor; sei que não vai ser possível aqui, mas acho que um outro desafio que os senhores vêm enfrentando de maneira diferente é a educação profissional, nessa perspectiva de... não só o tempo integral, porque acho que... na minha opinião, o mais fácil é o tempo integral; botar um aluno de qualquer idade o tempo todo na escola, embora seja um desafio, é a coisa mais fácil. Ter um projeto de formação integral, com currículo, com uma organicidade que garanta que esse aluno que está sendo formado na educação profissional vai estar apto para o mercado de trabalho, vai ser um cidadão envolvido com o mundo do trabalho, acho que esse é o maior desafio. Como é que está esse processo de construção?

E a relação com as universidades? Eu falo da relação não de apoio, porque isto já ficou claro: existe uma relação de apoio. Eu falo da relação com o tipo de



profissional que é formado. O Ceará há alguns anos conseguiu fazer uma inovação da formação de um profissional que atuava naquelas áreas de Química, Física e Biologia, com um tronco comum e com uma formação diversificada na segunda fase. Já existia uma preocupação. Eu queria saber se eles conseguiram avançar nessa relação com a universidade, para formar um professor menos pior do que nós formamos hoje no Brasil.

Parabéns ao Governador, parabéns a Izolda e à equipe, e eu acho que nós temos muito a aprender lá. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - Quero registrar a presença dos Vereadores de Sobral Itamar Ribeiro e Prof. Luciano Feijão, que estão aqui conosco.

Passo a palavra... Governador, nós só temos três pessoas: Edson Silva, Henrique e eu, Chico Lopes. Sou o último inscrito aqui. Então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Lopes) - *(Risos.)* Tem a palavra o Deputado Edson Silva.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA - Presidente Chico Lopes, primeiro permita-me registrar aqui também a presença do jovem empresário dinâmico Júlio Ventura, que veio prestigiar essa explanação dos trabalhos realizados pelo Ceará na área da educação, pela Prof^a. Secretária Izolda, tendo o comando do Governador Cid Gomes.

Eu acho que as perguntas mais importantes já foram feitas, mas eu ainda tenho uma pergunta aqui, que pode ser simples mas eu considero importante, sobre a locomoção do aluno de casa para a escola, da escola para a casa, porque nós temos visto, em nível de Brasil, algumas questões que tornaram vítimas aqueles que em pau-de-arara, em transporte improvisado, tentavam chegar ou à escola ou à casa. Então, eu pergunto: qual é a política de transporte escolar, tanto para escola de ensino quanto para escola profissionalizante?

E quando se encontra com clareza um professor com deficiência de desempenho, qual é a ação, afastá-lo ou reciclá-lo, dar a ele as condições de permanecer em sala de aula para transmitir melhor o conhecimento?



Governador, eu li recentemente um artigo de Ruy Castro na *Folha de S.Paulo*, e uma frase no artigo dele chamou-me a atenção: "toda vez que um brasileiro abre um livro, o Brasil melhora". Essa frase chamou-me a atenção. E eu junto aqui a frase de Monteiro Lobato: "Um país se faz com homens e livros". Então, eu queria saber o que faz o Governo do Estado do Ceará, qual é a sua preocupação quanto a facilitar a chegada do livro às mãos do jovem, da criança e do jovem, porque se esse livro tivesse chegado antes do *crack* às mãos da juventude, da criançada, nós não teríamos esse quadro tão dramático de violência, que tem como protagonista o jovem, matando ou morrendo, ou levado pelas drogas. O livro... porque eu tenho uma experiência: meu primeiro livro eu li aos 13 anos; tive a felicidade de receber um livro de presente que contava a história da vida de Charles Chaplin, *História de Minha Vida*, e quando eu li esse livro, até com certa dificuldade, pedindo à professora que me ajudasse a interpretar o texto, um livro muito envolvente, que contava a história de talvez a criança mais pobre do mundo que depois se tornou a personalidade mais importante do mundo, que foi Charles Chaplin, eu à época tinha uma situação muito difícil, morava no Arraial Moura Brasil, entre favelas, e esse livro deu-me, assim, uma vontade muito grande de quebrar aquelas correntes de miséria, de sair dali e vencer.

Então, se esse livro e outros bons livros chegassem cedo às mãos da criança, não teríamos aí também outros caminhos? Como o que eu tive, porque muitos dos meus amigos de infância se perderam no meio do caminho, e eu tive a chance de estar aqui, mas eu tenho certeza de que esse livro me deu um impulso muito grande para sair dali e procurar um caminho de vitória. Não sei se sou vitorioso, mas saí de lá.

O SR. CID FERREIRA GOMES - É um vitorioso, certamente.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA - Então, veja a importância do livro, quer dizer, da educação fora da escola. O aluno sai da escola, onde ele tem tudo; tem três refeições... Eu conheci a escola de Maracanaú, e fiquei encantado, porque eu conheço muitas escolas particulares e nenhuma tem ar-condicionado em cada sala de aula, e o senhor colocou lá em Maracanaú. Eu fiquei encantado: um auditório gigante, uma quadra de esportes, um refeitório... A professora lá, a diretora disse-me que o aluno fica triste na hora de sair. Antigamente o aluno ficava triste na



hora de entrar na escola pública; hoje ele fica triste na hora em que vai sair, porque deixa aquele ambiente confortável.

Então, deixo essa questão do transporte, a questão do professor com deficiência, e a do livro, de como fazer chegar o livro com facilidade às mãos das crianças, antes que chegue a droga. Muito obrigado.

E quero parabenizar o Presidente Gastão pela iniciativa de convidar o Governador para dar essa contribuição muito importante, que é aplicada no Ceará, para o Plano Nacional de Educação dos próximos 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado.

O penúltimo inscrito é o Deputado Raul Henry, do PMDB de Pernambuco.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Eu gostaria inicialmente de parabenizar pela apresentação o senhor e a sua Secretária, parabenizá-los pela coragem de enfrentar esse desafio da alfabetização, que é onde tudo começa, é o ponto crucial do processo educacional.

E, objetivamente, vou fazer quatro questões para o senhor aqui. A primeira delas é sobre a municipalização, a sua experiência com a municipalização. Eu fui Secretário de Educação de Pernambuco num período em que a legislação ainda era a do FUNDEF, e naquele momento existia uma guerra entre Governadores e Prefeitos para ver quem conseguia recrutar mais alunos, porque isso significava mais receita. Lembro inclusive que o Ceará viveu um certo momento de crise, porque municipalizou muito, na frente dos outros, e depois teve um problema de evasão de receitas, e teve dificuldade de equilibrar isso. Como é que se dá isso hoje com o FUNDEB? O senhor recomendaria, por exemplo, o Plano Nacional de Educação adotar como uma meta a municipalização de todo o ensino fundamental no País, e os Estados ficarem exclusivamente com o ensino médio e com a coordenação do sistema? É a primeira questão.

A segunda é sobre escolha, e acompanhamento, e monitoramento do trabalho dos diretores. Toda pesquisa empírica mostra que essa é a figura fundamental da escola, a figura central da história, e esse tema está sendo muito debatido aqui, no âmbito desta Comissão. A minha pergunta é a seguinte,



Secretária: há um regulamento de como é feito esse recrutamento, de como é esse programa de metas, de como é feito esse acompanhamento, de como é feito o afastamento, no caso de ser necessário o afastamento de diretores? Quer dizer, quais são os instrumentos gerenciais que o Ceará tem para dar a maior eficiência possível à gestão da escola, que, sem dúvida nenhuma, é o ponto central da vida da escola?

A terceira pergunta é sobre o custo. Eu participei em Pernambuco dessa experiência de Marcos Magalhães. Ela nasceu lá exatamente quando eu era Secretário de Educação, e eu estive revendo recentemente os custos anuais *per capita* de cada aluno. Em números de 2007, eram de R\$ 2.600,00, aproximadamente; aplicando o IPCA para este ano, no máximo, no máximo, no máximo isso chegaria a R\$ 3 mil. Eu pergunto ao senhor: eu fiquei muito impressionado com o custo de R\$ 7 mil, mas me parece que nesse custo aí está apropriado o investimento inicial. No caso de Pernambuco, essa conta é exclusivamente a conta de despesa corrente, de custeio, com três refeições, com um professor com um salário mensal de R\$ 2.500,00, e com um 14º e um 15º salário de premiação. Então, apropriando tudo isso, o custo anual não chega a R\$ 3 mil; daí eu ter ficado impressionado com esse custo de R\$ 7 mil.

E a última pergunta é sobre essa lei estadual que premia os Municípios que tiveram o melhor desempenho na alfabetização. Nós estamos discutindo aqui, no âmbito da Casa, uma legislação de responsabilidade educacional, e essa questão da premiação tem um outro lado, que é um lado perverso: ela premia o mérito, estamos todos de acordo com isso; mas como é que nós fazemos para apoiar aqueles que não tiveram condições de avançar? Quer dizer, como é que nós proporcionamos aí um processo de equidade, para que aqueles Municípios que não têm capacidade técnica instalada possam também ser apoiados e nós não fiquemos apenas na premiação dos melhores?

Eu concordo plenamente com o conceito do mérito, da premiação por resultado, mas é preciso haver uma política compensatória para aqueles Municípios que não conseguem, pela falta de condições do próprio Município, avançar nas políticas educacionais.

Então, são essas quatro questões.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Bom, encerrando as inscrições, o último inscrito é uma coincidência, Deputado Chico Lopes, que seja V.Exa., mas V.Exa. é o último inscrito.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Mas Deus diz que eu serei um dos primeiros.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Os últimos serão os primeiros, não é?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - (*Risos.*) Eu queria começar agradecendo ao Deputado Gastão e ao Deputado Angelo Vanhoni por terem convidado o nosso Governador e sua equipe para virem a esta Casa mostrar essa nossa experiência. Queria também agradecer ao Governador, à Secretária Izolda, ao Secretário Mauro Filho, ao seu companheiro Secretário-Adjunto, que dá uma contribuição à nossa educação; sendo funcionário desta Casa, está lá no Ceará ajudando-nos a fazer uma educação que está sendo reconhecida neste País.

Mas eu não tenho muita coisa para dizer. Eu quero só usar a palavra-chave da Secretária Izolda: alegria. E vou justificar a alegria. Quando da posse em segundo mandato como Prefeito de Sobral do Governador atual Cid Gomes, eu fui destacado para ir comparecer pelo partido, é lógico que no dia 1º de janeiro. São 300 quilômetros de Fortaleza para Sobral. Eu saí do Clube Circo Militar, meti-me no carro e fui bater em Sobral ainda meio pedra, meio tijolo (*risos*), e cheguei lá, sentei-me perto de Juan, e... Se eu tiver aumentando ou diminuindo, ajude-me, Governador: a sua avaliação, autoavaliação, levou no mínimo umas 4 horas; e no fim ele disse: "Agora eu tenho um compromisso que eu quero modificar em Sobral, que é a educação". A Secretária estava lá; eu disse: "Essa já perdeu o emprego", porque ele começou dizendo: "Eu não admito que um aluno em Sobral que tenha o quarto ano primário não saiba ler nem escrever. Não admito que nós promovamos um aluno sem saber ler nem escrever". E ele falou umas 2 horas. Aí ele criou uma equipe, com Ivo, a Secretária Izolda, Juan e tantos outros, e nós estamos vendo o resultado.

Por isso que eu digo que é com alegria, porque eu não costumo também, tenho a mesma dificuldade dele de elogiar as pessoas por trás; imaginem de corpo presente! Porque eu acho que, como servidores públicos, é nossa obrigação cumprir aquilo de que nós vestimos a camisa. Mas também não faz mal ao nosso ego dizer o



que pensamos, porque ele fez opção pela educação sem se esquecer do resto da administração do nosso Estado, que reconhece, como eu reconheço, o papel do nosso companheiro Ariosto Holanda, que é um entusiasta da educação profissionalizante.

Eu sou filho desse tipo de educação. Só havia o SENAI e o SENAC, que nos levavam para estudar. Trabalhando no comércio 8 horas, 2 horas e meia eu tinha de estudar no SENAC. De lá eu me tornei inspetor e professor de vendas. Foi a minha primeira cadeira: em 1968, ensinei vendas. Depois eu fui convidado pelo Estado. Foi quando fizeram essa expansão maluca que nunca ninguém parou para avaliar, uma iniciativa do regime militar, quando se profissionalizou tudo; acabou o científico, acabou o clássico, acabou, e todo o mundo foi ser ou contador ou administrador; nem administrava nada, nem contava coisa nenhuma, porque nós não tínhamos gente suficiente, preparada, naquele momento. Mas isso já passou. Não vamos atrás de passado.

Então, quando eu vejo... Eu já disse a Maurício, ao Prof. Maurício, e disse à Prof^a. Izolda que fui convidado para uma palestra num colégio de tempo integral em Pacatuba, e vi que o relacionamento dos alunos se dá de forma diferente; é um relacionamento mais amigo, são mais humanos um com o outro. E voltou-me aquela coisa que eu tinha quando eu era estudante, o gostar da escola — porque hoje, depois de quase 50 anos como professor, no Estado 42 anos, se uma pessoa diz: “Amanhã é o Dia do Professor”, e um aluno lá atrás diz: “Graças a Deus, porque não teremos aula”. E muitos que são professores sabem que nós saíamos no Dia do Professor com lápis, caneta, comia bolo aqui, tomava guaraná acolá; era ou não era dessa maneira? E hoje o Dia do Professor parece que é um alívio.

Mas com o tempo integral, com o esforço coletivo que o Governador vem fazendo... É por isso que eu digo que é uma alegria muito grande.

Obrigado, Governador

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito bem, nobre Deputado Chico Lopes. E V.Exa. acabou contador. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Governador, V.Exa. tem a palavra, e depois a Secretária Izolda, para fechar.



O SR. CID FERREIRA GOMES - Bom, eu quero agradecer aqui as palavras generosas à Deputada Dorinha e dizer que eu acho que ela tocou num ponto que o Deputado Henry, Raul Henry comentou também. É fundamental: essa é uma etapa vencida no Ceará. O que ainda, infelizmente — eu sei, porque é notícia —, permanece como um problema em grande parte dos Estados brasileiros, no Ceará é página virada. Ainda, infelizmente, sei que a notícia permanece como um problema em grande parte dos Estados brasileiros, mas no Ceará isso é página virada. Nós não temos nenhum problema, nenhum impasse; não há disputa entre o papel da Secretaria de Educação do Estado e o das Secretarias dos Municípios. Como a Izolda disse, de forma respeitosa, nós não temos problema, até porque achamos que não temos poder sobre os Municípios. Mas, de forma respeitosa e muito em função da experiência e das dificuldades que nós vivemos, como Município — a Izolda, que vem de uma experiência municipal comigo, sabe —, eu, como Prefeito, vivi essa coisa da disputa.

Houve ainda, num determinado momento, isso lá, um surto. O Ceará foi pioneiro no Brasil em municipalização de saúde e também em municipalização do ensino fundamental. Depois, num dado momento, houve uma recaída. Eu, como Prefeito, vivi lá um impasse em função até de CRED, não era nem uma política central do Estado não. Alguns CREDs criaram aí uma certa disputa e tal. Mas hoje não há nenhum problema.

Nós temos ainda uma rede municipal, uma matrícula estadual de ensino fundamental, mas a diretriz é ir passando sempre que temos um espaço na escola. O Estado está construindo uma nova escola com aquilo ali é possível dar conta do ensino médio? Nós repassamos, então, prédios estaduais para os Municípios para que eles possam ampliar as suas redes. Esse é um passo fundamental.

Objetivamente, você pergunta a minha opinião, eu acho que se deveria determinar prazo para isso; no mínimo, prazo. Poderia ser feito em três etapas, ou pelo menos em duas etapas. Ainda há o primeiro grau menor, o fundamental menor, fundamental... São três, séries iniciais e séries terminais. Temos que estabelecer um prazo para que o Estado deixe de ter séries iniciais até tanto e depois estabelecer um prazo para que os Estados também repassem, que os Municípios, eu entendo mais assim, assumam o ensino fundamental completo.



O Deputado Edson Silva colocou a preocupação com a locomoção de aluno. Nada melhor do que um exemplo prático. É como eu disse, nós procuramos fazer as políticas universais, de forma republicana, mas não deixamos de ter as nossas divergências políticas. Isso é claro, e todo mundo sabe. Então, Itapipoca é um Município em que temos divergências políticas. O Prefeito e eu temos diferenças políticas.

O Estado tem um programa de apoio aos Municípios para o transporte escolar. Nós fizemos isso, lançamos esse programa, que, a rigor, já existia e nós só o melhoramos. O Município de Itapipoca se recusou, no primeiro ano, em 2007, a participar do programa. Então, o Estado, do tamanho que é, ficou fazendo contrato de linhas de ônibus no Município de Itapipoca para transportar alunos para a rede estadual. Mas foi melhorando, melhorando, a ponto de o Prefeito pediu para assumir o programa estadual. Então, é uma coisa que ocorre hoje sem estresse. O Estado repassa recursos próprios, e há os recursos federais também.

A União repassa ao Estado por cada matrícula, que por sua vez repassa aos Municípios. Então, tem o recurso federal e o Estado dá alguma coisa. Ainda há um programa de aquisição de ônibus, que eu tinha citado anteriormente. O Município faz um financiamento. Para cada ônibus que ele financia, o Estado dá outro ônibus.

Então, eu acho que, em matéria de transporte, está bom. Pode haver um ou outro problema; pode haver um Município que esteja ainda transportando pessoas em caminhão, embora a exigência, não é Izolda, é que seja ônibus. Não há uma exigência? O Estado não permite que o Município contrate um caminhão, e tal, para transportar alunos do Estado?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Há. Mas aí...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Bom, aqui e acolá um fura. O nosso convênio prevê a obrigação e o Estado repassa recurso em boa quantidade, tanto é que o adversário lá resolveu querer ficar. E a previsão é que seja um transporte de ônibus com qualidade.

Bom, eu, sinceramente, eu vou deixar isso para a Izolda, embora seja da minha alçada. Já houve alguma demissão de professor por mau desempenho?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É a maior dificuldade!



O SR. CID FERREIRA GOMES - É mais fácil fazer-se o *impeachment* do Governador. É mais fácil. (Risos.) Mas há aí uns quatro, cinco processos.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Há muitos processos, mas são situações críticas.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Aí se faz o processo todo e, ainda assim, vem uma decisão judicial reintegrar porque não foi assegurada a ampla defesa. Depois de 3 anos em processo. É uma novela! Esse é um problema. Aí, é melhor apelar para a boa vontade mesmo.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Pessoas com problemas de comportamento sérios.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Por punição, não se vai conseguir nada não. Bom, livros, a Izolda já tinha dito: o hábito de leitura é um hábito da primeira infância; ou se adquire ou não. É fundamental que na primeira infância se ensine e se estimule o hábito de ler. Então, nesse programa, há os cantinhos de leitura em toda escola; há lá um espaçozinho para o qual mandamos livros com o objetivo de os alunos desenvolverem o hábito de leitura.

Nós temos procurado — eu, sinceramente, acho que esse é o grande caminho; livro é insubstituível; livro é livro — outros recursos além do livro. E recurso extraordinário é a Internet, computador. Ao acessar-se a Internet simplesmente acessa-se tudo. Hoje se acessa livros inteiros pela Internet. Então, nós temos procurado melhorar bem também essa relação aluno/computador.

A Izolda pode nos socorrer nos números. Quando nós assumimos, quantos eram?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Era um computador para 130 alunos.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Um computador para 130 alunos nas escolas do Estado. Hoje está um para...

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Quando nós aferimos no ano passado, era um para 34.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Um para 34, com tendência declinante. Nós vamos nos aproximar muito de...



O SR. DEPUTADO EDSON SILVA - Isso fora o prêmio de computador ao aluno?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Não, fora o prêmio. Eu estou falando do computador nas escolas. Esses prêmios são relativamente poucos, porque ele é...

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA - A média é alta.

O SR. CID FERREIRA GOMES - A média é 7. É alta vírgula, não é? Tem-se que ter 7 nas duas: 7 em Português e 7 em Matemática, ou é 6,5 em Português e 7 em Matemática?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É, tem uma diferença.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Tem uma diferençazinha. Acho que em Matemática é uma nota maior, porque partimos do perfil médio, que já é um pouquinho melhor em Matemática.

Nós, então, mantivemos essa coisa de dar 4 mil computadores por ano. Então, é muito pouco, numa rede de quantos?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - De 350 mil.

O SR. CID FERREIRA GOMES - De 350, é 1%. Mas as escolas têm, como regra, permanentemente renovado e ampliado o parque de computadores.

O Deputado Raul Henry falou dessa questão da municipalização das redes. Eu acho que vale a pena se traçarem umas metas.

Diretores, eu anotei aqui... Diretores, qual era mesmo a pergunta?

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sobre o processo.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Sim, o processo. Eu acho que isso tudo... Não existe uma lei que disciplina?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Há.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Há uma lei. Pode-se mandar a quota.

O SR. DEPUTADO EDSON SILVA - Eu queria aproveitar para solicitar que fosse enviada para a Comissão.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Podemos mandar uma cópia. A lei prevê etapas, que são de qualificação. Não é isso?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É.



O SR. CID FERREIRA GOMES - Eles fazem uma prova e uma entrevista. Com isso se qualificam, sei lá, mil professores para serem diretores, e esses mil estão aptos a participar do processo eleitoral, com mandatos de 4 anos.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - No caso, eles se candidatam. O prazo de escolas, mandatos de 3 anos.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Mandatos de 3 anos.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Eram mandatos de 3 anos, que passaram a ser de 4.

O SR. CID FERREIRA GOMES - É, eram 3 passou a ser 4.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Agora, sim, nas escolas de educação profissional, nós temos um processo diferente, é um processo seletivo também por mérito.

Nós inclusive tivemos uma experiência importante quanto a isso, à época, no Município. Como a lei de criação das escolas prevê essa possibilidade de trabalhar com outra modalidade de seleção, há a prova de conteúdos inicial, a primeira triagem; depois os candidatos participam, com frequência obrigatória, de um curso voltado para novos paradigmas de gestão e liderança.

O SR. CID FERREIRA GOMES - E há uma avaliação depois do curso.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - E há uma avaliação comportamental. Eles são colocados em pequenos grupos e vão desenvolver uma determinada tarefa, uma situação-problema que é apresentada, e com observadores inclusive para captar um pouco das questões relacionadas a perfil, à forma de a pessoa se relacionar com o problema, com os outros. Por fim, há uma entrevista.

São etapas bem qualificadas. E, nisso, nós não trabalhamos com a etapa da eleição, da consulta. É pelo processo, que é o que eu defendo.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Bom, em suma, nas escolas de ensino médio regular, mérito e eleição; nas escolas de educação profissional, mérito exclusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Em termos de rendimento?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Eu acho que, havendo mérito, qualquer uma das duas; havendo mérito. É fundamental haver o mérito, não pode ser só eleição. Não pode ser. Se não você criará partidos. E é impressionante. Em cidade grande,



entra o Vereador, mas em interior, entra o partido, mesmo, a força majoritária, o Prefeito. Então, se você não tiver uma garantia de que ali haverá um processo no qual quem está concorrendo tenha um mínimo de qualificação — o mínimo, não, nós somos exigentes nessa pré-aprovação. O importante é que haja mérito. Na sequência...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Permita-me só um aparte, Governador? Nós tivemos uma experiência, em governos anteriores, em (*ininteligível*) — para quem não conhece, é um conjunto que existe em Fortaleza —, onde a diretora, na sua reeleição, distribuiu cesta básica. Aí o homem me procurou lá na Assembleia Legislativa, eu disse “*isso não é um problema político; você vá à delegacia mais próxima e dê parte dessa diretora, que pode ser tudo, menos professora.*”

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Eu penso que, apesar da boa intenção relacionada à consulta à comunidade — e, claro, um processo desses é muito melhor do que o pior dos mundos, que é aquela indicação sem critérios, por política, claro que é —, esse processo ainda traz para a escola um custo muito alto.

Ontem mesmo eu estava lendo sobre uma pesquisa feita a respeito de elementos que impactam mais diretamente a qualidade da educação, e nada se pode dizer acerca do modelo de eleição para diretor. O modelo de eleição para diretor não mostrou, ainda, melhores resultados, gestão inovadora ou coisas, em princípio, desejáveis. Então, eu acho que essa é uma questão que se tem que colocar em pauta.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Essa é uma preocupação. Eu acho que muito se vai debater sobre essa meta que existe no Plano.

Nós temos uma experiência no Paraná, onde está praticamente universalizada a eleição dos diretores, isso já há mais de 10 anos. Em relação ao Paraná, São Paulo, por exemplo, tem um modelo diferente de gestão, de escolha de diretores e um modelo diferente de sistema de avaliação, a avaliação do ensino, também.

Eu até propus para o Deputado Gastão que nós propiciássemos um debate com esse enfoque, esse olhar sobre o que está acontecendo com o sistema de



avaliação, com outros tipos de sistema de avaliação. Os senhores também têm um sistema de avaliação diferente do IDEB.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Mas nós nos inspiramos no IDEB. Nós pegamos toda a escala do IDEB, até para que possa ser comparável.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Nós estivemos, agora, em São Paulo, numa audiência pública. Talvez nós realizemos uma audiência pública em forma de debate, trazendo especialistas que formataram o IDEB; alguns especialistas que, depois da experiência do IDEB, desenvolvida nesses últimos anos, tenham uma visão um pouco mais crítica, sugestões para melhorar, para acrescentar ao processo do IDEB. E há a experiência de São Paulo, que recentemente fez uma modificação no seu sistema de avaliação.

Mas percebemos que, mesmo São Paulo e Paraná sendo Estados que têm recursos muito parecidos do ponto de vista de distribuição de renda — São Paulo um pouco mais, todos nós sabemos disso —, a avaliação do sistema educacional paranaense não demonstra grandes diferenças em comparação com o sistema educacional paulista. Aliás, a diferença ainda está para o lado do Paraná, do ponto de vista de qualificação nas avaliações nos últimos 6 anos, em relação a São Paulo.

Então, para que nós precisemos qual forma de gestão técnica, a puramente meritória ou a exclusivamente eletiva, dá mais ou menos resultado, acho que não temos ainda um grande exemplo no País que se possa dizer destacadamente, a olho nu, que o caminho seja um ou outro.

Eu acho que um caminho é o que os senhores estão perseguindo, um caminho misto, que questiona qual projeto o professor, a pessoa que quer se candidatar a diretor, está pensando para a escola e que exige que ele se comprometa com esse projeto mínimo.

O que é a escola? A escola não é apenas um exercício de liderança, de representação. A escola tem que ter um projeto. Qual é o projeto?

Essa vinculação do técnico com a liderança — porque a liderança é que motiva; a liderança é que dá o dinamismo, é que faz o encantamento... Quer dizer, suprimir uma e pôr só o técnico com certeza não é o caminho; suprimir a outra e pôr só a liderança, também já se demonstrou que não é o caminho.



Eu acho que a experiência dos senhores merece reflexão e dá mais acuidade ao nosso olhar.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Eu acho que é fundamental que se tenha o mérito. Eu me confortaria com ele. Então, havendo só mérito nas escolas de educação profissional, eu estou confortado. Mérito com participação, com eleição, não compromete, penso eu, embora a Izolda tenha dado depoimentos, aqui, de que isso cria um certo trauma, se é o que eu entendi.

O processo eleitoral, ele deixa, ali, algum período ainda com trauma.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - É porque cria o partido do diretor e o partido da oposição ao diretor, já para a próxima eleição. É, esse é um problema seriíssimo.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Deixa sequelas na escola.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É interessante nós chamarmos diretores para discutir.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Eu acho que esse é um bom debate.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Mas o fundamental é que haja o mérito, que exista um plano, e que os diretores sejam cobrados. E diretor faz diferença. É o que o senhor falou: diretor faz diferença.

Bom, sobre a questão do custo, para que não pareça que nós estamos superfaturando o custo...

(Não identificado) - Não foi a intenção, o senhor sabe disso.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Sobre o custo das escolas de educação profissional do Ceará, a diferença básica, Deputado, é que, em Pernambuco, as escolas são em tempo integral, mas só o ensino médio regular. Então, o aluno, o senhor deve saber melhor do que eu, faz uma experiência de esporte, passa um tempo fazendo outra coisa. No Ceará é, num turno, ensino de médio regular, e, no outro, toda uma rodada de professores muito mais caros, porque são professores de ensino técnico profissionalizante.

Então, o custo é esse mesmo. Vocês não vão... É, varia, há cursos que são mais caros, há cursos que são mais baratos, mas o ele está entre 6 e 7 mil *per capita*.



A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - É, com a pauta de investimento.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Vejam bem, este custo está, vamos dizer assim, inflado pelo seguinte: nós estamos computando aí escolas que já estão funcionando só com uma turma, ou seja, só com o primeiro ano. Nelas, estão vagos o segundo e o terceiro anos, porque não dá para fazer diferente.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - A escola é toda nova, ou é uma escola velha, adaptada?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Toda nova... É um misto, vamos dizer assim. Das 50 primeiras, 25 foram absolutamente adaptadas; houve uma reforma num prédio que existia, construiu-se a estrutura necessária de laboratórios, vestiários, refeitórios etc. para que elas funcionassem; 25 são novas. Então, as primeiras 25 foram adaptadas e as demais são novas, num padrão de engenharia que não era esse. Daí por diante, todas serão naquele padrão.

O prédio dessa escola tem um custo de 7 as 8 milhões de reais. E aí, repito, ela começa a funcionar só com o primeiro ano. Este ano não estão na plena. É claro que há partes dos custos que são fixos, como energia. Por mais que não estejam funcionando todas as salas, o grosso da energia está funcionando para todo mundo. O mesmo caso limpeza, vigilância; isso tudo já está funcionando independente de haver 4 ou 12 turmas. São escolas de 12 salas de aula. Se estão funcionando 4 ou 12, há todo um custo fixo que hoje está compondo para elevar o custo *per capita*.

Mas o que encarece mesmo é o fato de ser educação profissional, que tem um custo bem maior do que uma escola de tempo integral. Se eu fizesse uma só de tempo integral, teria apenas 30% a mais. Aí, pronto, era prática de educação física, enfim...

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Inclusive, no terceiro ano, a etapa do estágio obrigatório, esse número de professores ainda tem um incremento grande porque, pela lei, a cada 10 alunos é necessário haver um professor orientador de estágio. No caso dos cursos de técnico de enfermagem, na área de saúde, essa exigência ainda é mais apertada, e estamos procurando organizar bem direitinho, de acordo com o padrão exigido, para consolidar bem essa ação.



O SR. CID FERREIRA GOMES - Não sei se o Deputado Raul estava quando disse que temos algumas premiações. A uma eu não tinha feito referência aqui, que é na rede normal, a partir das avaliações que fazemos, como é o critério.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO -. Estabelece-se um critério de evolução dos resultados de Português e Matemática.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Pronto. Havendo evolução, os professores ganham o 14º salário. Isso se reserva aí...

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Todos da escola.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Em todas as escolas que consigam atingir a meta.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Todos os trabalhadores da escola.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Todos os trabalhadores das escolas que conseguem atingir metas. Essa é uma premiação.

A outra premiação do PAIC é para as 150 melhores escolas: *per capita*, 2.500 reais por aluno, com o compromisso de melhorar o desempenho de uma das 150 piores; ela tem que apadrinhar em outro Município, enfim, ela tem que escolher.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Não necessariamente.

O SR. CID FERREIRA GOMES - São identificadas as 150 melhores e as 150 piores. Eu não digo isso lá, estou dizendo aqui porque estou mais à vontade.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - As com o resultado mais comprometido.

O SR. CID FERREIRA GOMES - As com resultado ... Não sei por quê. As piores mesmo.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - E o ICMS, Governador? O critério de premiação?

O SR. CID FERREIRA GOMES - O ICMS é aos Municípios que conseguem um desempenho melhor na média da avaliação dos seus alunos de segundo e de quinto ano, embora a prioridade maior seja para o segundo ano.



A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - No momento de implantação, o aspecto crescimento também era muito forte, porque como no início eram quase todos muito ruins, a mensagem era principalmente “cresça”.

Então, esse movimento do crescimento impactava no coeficiente de distribuição e o Município recebia bem mais...

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Fora essa política compensatória de as melhores adotarem as piores, há alguma outra política para apoiar aqueles Municípios que não conseguem sair do lugar?

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Com certeza. A nossa equipe da Secretaria de Educação mapeia imediatamente, depois de cada avaliação, ou mesmo no processo. Quando as fragilidades maiores são identificadas, a equipe cola ali no Município e imediatamente organizam um sistema especial para os com mais dificuldades. Eles são chamados e, de uma maneira geral, temos uma atenção muito boa dos Municípios e eles valorizam isso.

Então, é feito um acompanhamento mais de perto com aqueles que têm mais dificuldade.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Eles acham ruim ficar na situação ruim. Então, essa exposição acaba comprometendo e não necessariamente... Enfim, há garantias de que a coisa... Esse Umari, o único que está numa situação ...

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - Há uma crise, viu?

O SR. CID FERREIRA GOMES - Ele já esteve melhor no ano anterior, e a Cris acabou de me dizer aqui que houve escolas, das 150 piores o ano passado, que conseguiram ser uma das 150 melhores este ano. O fundamental é avaliar e publicar, divulgar.

A SRA. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO - E apoiar.

O SR. CID FERREIRA GOMES - Apoiar e criar esse clima.

O Ministro foi lá no dia 25 de maio. A festa de premiação é um evento bonito, vão de 4 a 5 mil pessoas. É contagiante o programa e tem impactado. O resultado é aquilo ali. Há um Município só ruim. É claro que há muitos desafios.

Para findar, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez, sinto-me honrado em estar aqui pelo respeito que tenho à Câmara dos Deputados, pela expectativa que deposito no trabalho ao qual V.Exas. estão dedicados e quero findar com as



palavras do Deputado Chico Lopes: a alegria de estar aqui e de perceber, testemunhar que quando se faz em educação consegue-se obter resultados. E é isso que vai fazer do nosso País, mas fundamentalmente da nossa região e do nosso Estado, o Ceará, um lugar melhor de se viver.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ariosto Holanda, V.Exa. quer usar palavra?

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Eu queria só fazer uma última intervenção, Governador, porque para mim ficou muito claro, primeiro, o sucesso do modelo educacional do Ceará. A minha dúvida está no seguinte. Esse modelo que me parece deve-se muito à sua liderança, ao seu compromisso, e a Izolda com sua equipe chegou a isso. Numa mudança de Governo, as coisas estão amarradas? Esse modelo continua? Ou há pontos fracos aos quais temos que ficar atentos?

O SR. CID FERREIRA GOMES - É muito boa a preocupação. Primeiro, não podemos sentar no trono e achar que... Olha, nós estamos muito longe ainda. O que quero aqui é dar um testemunho de que, quando há foco, conseguem-se resultados rápidos. E nós melhoramos no Estado inteiro, mas estamos muito longe ainda de poder dizer que a educação pública é de qualidade. Temos muito chão pela frente, muito solo para pisar.

O sucesso de um projeto se faz a partir da sua qualidade e de uma boa liderança; menos eu, e mais a Izolda e a equipe da Secretaria de Educação. Enfim, essa consciência que eu sinceramente acho que existe nas pessoas de que educação é um caminho importante, mas falta a elas um norte, e nem sei se isso é o certo, se essa prioridade é certa. Estou apostando nisso, porque para mim é meio óbvio.

Não se faz uma educação de qualidade sem ensinar as pessoas a ler e a escrever. Esse é o primeiro passo, óbvio e ululante. O primeiro passo é ensinar a ler. Enfim, descobri uma metodologia que funcionou e que está funcionando e é replicável. Porque o que me preocupa também muitas vezes é que educação é uma coisa que tem de ser feita em massa e no cotidiano; todo dia tem de funcionar tudo; todo dia tem que chegar merenda escolar; todo dia não sei quantos mil professores têm que dar aula; todo dia tem que estar lá o material didático; todo dia tem que ter a



merenda. Então, não podem ser cases, firulas, não sei o que e tal para você fazer aqui a melhor coisa do mundo e não ser replicável. Projetos em educação têm que ser replicáveis em grande escala, para que de fato deem resultado.

Sobre sua preocupação, objetivamente, nós temos procurado normatizar e transformar isso em leis. O prêmio é uma lei, o processo não é meu, alteramos, mas contribuímos também para o processo de seleção, enfim, estamos procurando sempre amarrar com atos as ações nessa área.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Bem, Governador, eu gostaria muito de agradecer a V.Exa. a presença — agradecer a presença seria dizer pouco do que eu tentarei interpretar talvez em nome dos outros Deputados.

V.Exa. está aqui há 4 horas. Nós começamos às 15 horas, rigorosamente. É num dia comum, com a agenda vazia em Brasília? Não. No dia em que para muitos encerra-se um ciclo e começa-se outro, e V.Exa. está aqui sentando, discutindo educação conosco.

É exatamente isso, Governador, que no meu entendimento...

O SR. CID FERREIRA GOMES - Os Ministérios da Casa Civil passam e a educação fica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Acho que é exatamente isso que diferencia um educador de outro. V.Exa., na verdade, é um Governador, tem múltiplas preocupações com o Estado, está aqui sentado, fez o dever de casa, ou seja, trouxe consigo toda uma consciência da importância da educação. Aqui houve momentos em que eu não sabia se a Izolda era a Secretária e o senhor o Governador ou o contrário, porque há uma perfeita integração entre quem decide e quem executa. Isso para mim é algo extraordinariamente importante.

Em segundo lugar, o Secretário da Fazenda está sentado, calado, ao lado da Secretária de Educação. Eu já fui Secretário de Educação e da Fazenda. Normalmente acontece de o Governador ausentar-se por várias vezes e o Secretário de Educação estar no CONSED, brigando. Na hora de tomar a decisão, o de Educação fica calado, o da Fazenda fala e decide e não ouve o de Educação. Aqui há uma perfeita integração em relação a esse aspecto.



Governador, o senhor disse uma coisa que nos é muito cara. O Brasil sabe fazer uma boa escola? Sabe. Claro que o Brasil sabe fazer uma boa escola. Temos escolas com IDEB igual ao dos países mais desenvolvidos do mundo. O que não aprendemos ainda foi fazer um conjunto de boas escolas, e é esse o caminho que o Ceará está nos mostrando.

Lembro-me de que ontem encontrei-me com o Ministro Fernando Haddad e ele dizia que está levando muita bola pelas costas, está tendo muitos problemas em coisas que não parecem ser tão significantes. Eu lhe disse: *“Ministro, já que o senhor me dá a oportunidade, vou lhe dizer: o senhor está se perdendo no varejo. O Ministério da Educação deve pegar seis grandes programas — REUNI, PROUNI, FIES, PRONATEC (de expansão de ensino técnico) e de educação infantil. Se fizer esse foco, Ministro, o senhor vai navegar em águas tranquilas. Agora, os senhores estão se metendo em concurso para professor, não sei o quê, não sei o quê. Evidentemente o Ministério deixa de fazer uma política e passa a interferir no cotidiano de Estados e Municípios”*.

O que mais gostei, desde o dia em que fui ao Ceará, é que os senhores têm foco, estão fazendo a alfabetização de crianças, em conjunto com os Municípios, e o ensino médio técnico, de que o País tanto precisa. O Brasil vive na contramão do mundo. Em todo o mundo o ensino técnico é profissionalizante. No Brasil, é geral.

A maioria dos Estados, Governador, tem uma ou duas escolas técnicas, que estão fechando. E quem mais ganhou com o FUNDEB foram os Estados, porque todas as matrículas de ensino médio da rede municipal passaram para a rede estadual.

E eu, Maurinho, cheguei agora, 10 meses Secretário de Planejamento: *“Bom, vou agora ajudar meu Secretário de Educação, aproveitar esses 10 meses meus”*. Na primeira vez em que chamei o pessoal do orçamento, que se sentou comigo, descobri que o Maranhão gasta 97,8% do FUNDEB com pessoal. Ainda bem que eram só 10 meses. O senhor disse aqui que no Ceará gastam apenas 65%.

Então, Deputado Angelo, não é querer fazer, é ter como fazer. Eles têm quase 35% do orçamento livre para fazer outras coisas, quando a maioria dos Municípios gasta 100% do dinheiro com pessoal e não dá.



Governador, 27 Srs. Parlamentares membros desta Comissão — 100% de comparecimento —, mais quatro não membros, alguns da bancada do Ceará, estiveram aqui hoje para ouvi-lo. V.Exa. realmente atraiu a atenção desta Casa de maneira muito importante.

Segundo o nosso amigo Cláudio de Moura Castro, o grande problema do Brasil é que a sociedade brasileira acha que tem uma boa educação. O menino vai para escola, fica lá, de manhã tem merenda, tem livro, tem não sei mais o quê, ninguém se sensibiliza nem se revolta com a educação que recebe. Esta Casa é uma prova disso. Hoje, V.Exa. está aqui discutindo a educação, o Plano Nacional de Educação, foram apresentadas quase 3 mil emendas, e a *TV Câmara* optou por transmitir o depoimento de uma Deputada que deve ser cassada, porque pegou dinheiro da mala de não sei quem.

A necessidade que temos de valorizar a educação deve contar com a participação de todos, a consciência de todos e a certeza de que o melhor é estabelecermos o contraditório.

Governador, muito obrigado pela presença. Creio que hoje, mais do que números, V.Exa. demonstrou o seu amor pela educação, ficando tanto tempo conosco, como fez nesta tarde.

Obrigado à Izolda, ao Mauro Filho e a todos. (*Palmas.*)

A sessão não está encerrada. (*Pausa.*)

Apreciação das proposições constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa há seis requerimentos. O primeiro é de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior, o segundo é da Deputada Professora Dorinha Seabra, o terceiro é do Deputado Angelo Vanhoni...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, V.Exa. poderia listar o conteúdo? Aqueles que forem do mesmo conteúdo poderiam ser votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Nós temos aqui requerimentos do Deputado Angelo Vanhoni sobre audiência pública para debater educação profissional, audiência pública a ser realizada na cidade de Cuiabá, audiência pública para debater o tema educação especial, também de autoria do Sr.



Relator, e audiência pública para debater as propostas para educação indígena. Diferente apenas é o requerimento do Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, eu fiz um apelo ao Deputado Nelson Marchezan para que refizéssemos esse requerimento, e eu me propus assinar junto com S.Exa., para que o Ministério mande um texto de análise que fez, ou, se não fez, do diagnóstico do plano anterior. O Deputado Nelson Marchezan recebeu um material, mas, ao analisá-lo, constatou que não era o diagnóstico do plano realizado anteriormente. Como nós também tínhamos pedido a convocação do Ministro para que viesse expor o plano, mas o Ministro até hoje não pôde estar presente — o Deputado Nelson Marchezan também gostaria de arguir S.Exa. —, então, fez-se uma junção no mesmo texto. Entramos em acordo, e V.Exa., Sr. Presidente, já se encarregou de combinar a vinda do Ministro. Parece que estão equacionando a vinda dele para o dia 15,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sim. No dia 14 ou 15.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - ...quando todos poderão ter oportunidade de arguir e discutir a respeito do plano de metas. Nós vamos subscrever um requerimento, junto com o Deputado Marchezan, sobre a avaliação que o Ministério e o INEP fizeram do plano que findou no dia 30 de dezembro de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Se V.Exa. me permitir, eu gostaria também de subscrever esse requerimento. Não sei se regimentalmente é possível.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Não sei se é exatamente isso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sugiro que seja feito um requerimento em nome da Comissão, solicitando o diagnóstico do plano nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Angelo, para que sigamos o caminho proposto pelo Deputado Nelson Marchezan, teríamos de aprovar esse requerimento para que a Comissão pudesse encaminhar ao Ministro. Aí, seríamos V.Exa. e eu. Combinamos que estamos assinando todas essas correspondências e solicitando, portanto, esse diagnóstico do plano anterior.



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Nós podemos aprovar isso na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu não posso alterar o meu requerimento agora junto com os outros e apresentá-lo extrapauta? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - A Dra. Terezinha explica que fica subentendido que V.Exa. autorizou a Secretaria da Comissão a alterar esse requerimento de V.Exa. e fazer outro requerimento que traduza exatamente aquilo que nós acabamos de...

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não pode ser considerado um requerimento extrapauta e ser aprovado hoje junto com os outros?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Ela explica que o requerimento extrapauta exige número de assinaturas e apoio, o que nós, olhando daqui, temos absoluta certeza de que não obteremos. Na verdade, aqui, somos quatro Parlamentares.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - E o Presidente, de ofício, não pode fazer um requerimento ao Ministro em nome da Comissão, pedindo informações?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Posso. Isso é possível e eu o farei. V.Exa. aceita?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Na verdade é um pedido em nome da Comissão para que se encaminhe o diagnóstico.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu subscrevo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu assino junto com o Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Aliás, a comissão executiva da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Combinado assim?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - E a vinda do Ministro na próxima semana, provavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu vou retirar de ofício o requerimento de V.Exa. e passar à votação dos outros requerimentos.



Deputada Professora Dorinha, V.Exa. tem um requerimento, e eu vou fazer votação em globo. V.Exa. tem algum problema quanto a isso?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Então, vamos votar os requerimentos, entre os quais estão o da Deputada Professora Dorinha e o do Deputado Angelo Vanhoni.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o inteiro teor dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os requerimentos estão aprovados.

Eu quero fazer um agradecimento especial a todos os servidores do setor da Comissão Especial que ontem permaneceram na Casa por bastante tempo, distribuíram senha, organizaram a entrega das emendas. Sem a participação deles, não teríamos tido a felicidade de colocar nas mãos do Relator um trabalho dobrado que ele haverá de se lembrar pelo resto da vida, pois foram apresentadas 2.915 emendas.

Portanto agradeço muito a Regina, o Valdivino, a Ana Clara, a Kátia e a Clarice por terem participado ativamente desse trabalho e por terem feito com que chegássemos a um bom acordo.

Quero lembrar mais uma vez — engraçado que nós falamos, mas ninguém acredita — que haverá um novo prazo de emendas aberto no momento em que o Relator entregar o substitutivo à Comissão. Será aberto novo prazo de emendas. Quem não apresentou emendas até ontem à noite, poderá fazê-lo em cima, concretamente, do substitutivo do Relator. A única diferença é que deverá ser membro da Comissão. Não há nenhuma outra diferença.

Portanto, acho que agora posso, Dra. Terezinha, dizer que está encerrada a presente reunião.

Está encerrada a reunião.